

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Natália Sartori Evangelista

Educação Domiciliar e Desescolarização: mapeamento da literatura (2000-2016)

Campinas

2017

Natália Sartori Evangelista

Educação Domiciliar e Desescolarização: mapeamento da literatura (2000-2016)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Educação da UNICAMP, para
graduação no curso de Pedagogia,
sob orientação da Prof.^a Dr.^a Luciane
Muniz Ribeiro Barbosa.

Campinas

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica

Universidade Estadual de Campinas

Biblioteca da Faculdade de Educação

Rosemary Passos - CRB 8/5751

Evangelista, Natália Sartori, 1992-
Ev14e Educação domiciliar e desescolarização : mapeamento da literatura (2000-2016) / Natália Sartori Evangelista. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Luciane Muniz Ribeiro Barbosa.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação domiciliar. 2. Educação desescolarizada. 3. Desescolarização.
I. Barbosa, Luciane Muniz Ribeiro, 1981-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:

Homeschooling

Unschooling

Non-schooling

Área de concentração: Pedagogia

Titulação: Licenciatura

Banca examinadora: Adriana Missae Momma

Data de entrega do trabalho definitivo: 06-06-2017

“Some travel where they’ve never been,
Some trace the paths within,
Some peer into the depths, and grope,
Some scan the skies, and hope.
They long to see,
If faint or bright.
Since I agree,
I write.

Some study, marking ev’ry page,
Some probe the ancient sage,
Some perch cross-legg’d and chants rehearse,
Some through the night converse
To *understand*
And seize the light.
I set my hand
To write.

(...)
Some paint, some build, some act the play,
Some draw, some spin the clay.
Some cook, some sew, and some compose,
Some dream, and some propose,
All to *create*.
Ah, such delight!
I bear the trait,
And write.

Some heal, some shield, some educate,
Some sway the magistrate,
Some feed, some serve to make shalom,
Some bring the stranger home.
They seek to *love*.
I too invite
The cordial Dove,
And write.

(...)
And may it be that someday we,
In heaven, sinlessly,
At last may *see*, and *understand*,
And *feel*, and put our hand
And spirit to *create*, and *love*,
And *praise*. Then to the Dove,
All-powerful and pure and high,
My prayer will be: That I,
With crowning skill
And perfect sight,
Be summoned still
To write.”
I Write, John Piper¹

¹ Disponível em: <http://www.desiringgod.org/articles/secretary-of-thy-praise#i-write>. Acesso em: 5 de junho de 2017.

RESUMO

O presente trabalho apresenta o mapeamento e análise da literatura internacional (língua inglesa) e nacional (língua portuguesa) a respeito da *Educação Domiciliar* ou *Home Education*, que se refere à educação não escolarizada oferecida no âmbito familiar. Os bancos de dados utilizados como fonte para a pesquisa foram o *Scielo* e o banco de teses da *CAPES*, para a literatura em língua portuguesa, e o *Web of Science* e *International Center for Home Education Research*, para a língua inglesa. O recorte histórico utilizado levou em conta os anos de 2000 a 2016. Inicialmente foi apresentado histórico da prática no mundo, com ênfase nos Estados Unidos e no Brasil e, posteriormente, os resultados da pesquisa bibliográfica e suas análises, apresentando correlações e questionamentos a respeito do avanço da pesquisa sobre o tema no contexto internacional. Na análise da bibliografia nacional os resultados revelaram um aumento da pesquisa acadêmica sobre Educação Domiciliar no período analisado, acompanhando o crescimento da prática no país. Na bibliografia internacional observou-se uma mudança das temáticas entre os períodos de 2000-2009 e 2010-2016 e também uma predominância dos EUA como país de origem dos autores e dos veículos de publicação que mais abordam a *Home Education* como tema de pesquisa. A comparação entre as bibliografias evidenciou que no âmbito nacional a pesquisa sobre Educação Domiciliar está mais relacionada ao âmbito legal, dado que a prática ainda não foi regulamentada, enquanto internacionalmente as temáticas de pesquisa variam.

Palavras-chave: Educação Domiciliar; *Homeschooling*; *Unschooling*; Educação Desescolarizada.

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1: Número de famílias que praticam Educação Domiciliar no Brasil por estado	43
Figura 2: Quantidades de artigos em língua inglesa por ano	49
Figura 3: Quantidade de artigos internacionais por categorias ICHER	50
Figura 4: Comparativo entre a quantidade de artigos do ICHER por temática,	52
Figura 5: Percentual de artigos classificados em uma ou mais categorias do ICHER	56
Figura 6: Combinações mais recorrentes de categorias do ICHER	57
Figura 7: Categorias do ICHER mais relacionáveis	58
Figura 8: Palavras-chave mais utilizadas no WoS	59
Figura 9: Gráfico autor Thomas Spiegler e Categorias do ICHER	63
Figura 10: Publicações do Dr. Ray e ano	65
Figura 11: Publicações do Dr. Ray e Categorias ICHER	65
Figura 12: Publicações do Dr. Kunzman & Ano	67
Figura 13: Publicações do Dr. Kunzman & Categorias ICHER	67
Figura 14: Publicações da Dra. Rothermel & Ano	69
Figura 15: Publicações da Dra. Rothermel & Categorias ICHER	69
Figura 16: Publicações do Dr. Apple & Ano	71
Figura 17: Publicações do Dr. Apple & Categorias ICHER	71
Figura 18: Países dos Periódicos em língua inglesa que mais publicaram sobre <i>Home Education</i>	73
Figura 19: Comparativo entre os países dos autores e veículos de publicação	74
Figura 20: Áreas da Pesquisa Nacional	77
Figura 21: Tipo de Pesquisa Nacional	78
Figura 22: Quantidade de Publicações Nacionais por Ano	78
Figura 23: Regiões brasileiras das Publicações Nacionais	80
Figura 24: Estados brasileiros das Publicações Nacionais	80
Figura 25: Quantidade de famílias por estados brasileiros que mais praticam Educação Domiciliar	81
Figura 26: Palavras-chave mais recorrentes na bibliografia nacional	82
Figura 27: Comparativo entre anos das publicações nacionais e internacionais	86

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
RESUMO	5
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	6
LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
SUMÁRIO	7
1. INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1.1.1 Objetivos Gerais:	Erro! Indicador não definido.
1.1.2 Objetivos Específicos:	Erro! Indicador não definido.
1.2 METODOLOGIA.....	14
2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR	19
2.1 UM PASSADO DISTANTE: DAS SOCIEDADES PRIMITIVAS À GÊNESE DA ESCOLA.....	19
2.2 O RENASCIMENTO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR NOS EUA DO SÉC. XX	26
2.3 A EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL.....	35
3. ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA INTERNACIONAL	45
3.1 OS BANCOS DE DADOS UTILIZADOS COMO FONTE: ICHER E WOS	45
3.2 ANOS DE PUBLICAÇÃO	49
3.2 CATEGORIAS DO INTERNATIONAL CENTER OF HOME EDUCATION RESEARCH	50
3.4 ANÁLISE POR PALAVRAS-CHAVE DO <i>WEB OF SCIENCE</i>	59
3.5 AUTORES QUE MAIS PUBLICAM SOBRE <i>HOME EDUCATION</i>	60

3.5.1 Brian D. Ray	64
3.5.2 Robert Kunzman	66
3.5.3 Paula Rothermel	68
3.5.4 Michael Apple	70
3.6 VEÍCULOS QUE MAIS PUBLICAM SOBRE <i>HOME EDUCATION</i>	72
4. ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA NACIONAL	75
4.1 ÁREA DA PESQUISA	76
4.2 TIPO DE PUBLICAÇÃO	77
4.3 ANO DE PUBLICAÇÃO	78
4.4 ESTADOS E REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES	80
4.5 ANÁLISE DE TEMÁTICA POR PALAVRAS-CHAVE	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
6. REFERÊNCIAS	89

1. INTRODUÇÃO

O início das reflexões que resultaram neste trabalho deu-se no contexto da disciplina de Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, componente curricular do curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Campinas, no qual me deparei com a questão da judicialização no contexto da Educação Infantil. A escola em que estagiei era localizada em um bairro de periferia do município de Campinas, no estado de São Paulo e a região possuía uma quantidade elevada de demanda não atendida. Enquanto a população pressionava a gestão da escola para efetivar mais matrículas – e eu via o aumento progressivo da quantidade de Ordens Judiciais emitidas pelo Ministério Público para efetivação das matrículas – os professores, preocupados com a quantidade de alunos em sala e qualidade da educação, pressionavam a gestão da escola para não aceitarem mais alunos.

A educação, como direito social, é fator indispensável para o cumprimento do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, como consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art. XXII, DUDH/48)²; porém, é importante compreender que ela não se resume ao acesso à escola mediante uma vaga em sala de aula, mas demanda a efetivação plena do direito garantindo uma educação de qualidade, como prevê, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) (Art. 206, VII). Assim, me aprofundando no debate e nas observações do cotidiano de uma escola pública, passei a entender que a garantia de matrículas na escola não significa necessariamente a garantia de uma educação de qualidade, pois na medida em que

² Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo XXII:

“Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.” Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm Acesso em: 5 de junho de 2017.

aumenta muito o número de crianças por sala, por exemplo, este incide sobre a qualidade do atendimento.

Enquanto me engajava nesse debate entendendo-o como um amplo movimento nacional e internacional (incentivado por organismos internacionais como UNESCO, Banco Mundial, etc.) pela universalização do acesso à escola e de defesa da educação como um direito, deparei-me com um fenômeno que me intrigou sobremaneira: pais que já tinham seus filhos matriculados na escola e decidiram retirá-los da instituição para ensiná-los em casa.

O fenômeno, popularmente conhecido como *Homeschooling* ou *Home Education*, já é regulamentado em mais de sessenta países³, sendo os norte-americanos os mais conhecidos e divulgados, de onde se percebe também a origem do termo em inglês que pode ser traduzido de diversas formas. No modelo americano, segundo Vasconcelos e Morgado (2014, *Apud* RAY, 2005):

Refere-se a uma concepção de educação mais abrangente do que apenas ensinar conteúdos, pois busca se constituir num processo de ensino em uma perspectiva mais “educadora”, relacionada às diferentes percepções de mundo, crenças e ideologias das famílias que optam por esta prática. (p. 206)

O *Homeschooling* pode também ser chamado de *Educação Domiciliar* ou *Ensino em Casa*, havendo ainda outras formas de tradução do termo⁴. Porém, trata-se de uma modalidade de educação que difere da Educação Escolar, principalmente por não ser institucionalizada, ocorrendo no âmbito familiar. Na modalidade, os pais se responsabilizam pelo ensino-aprendizagem, mobilizando para isso diversas

³ Segundo dados da *Home School Legal Defense Association*.

⁴ Neste trabalho utilizaremos o termo *Educação Domiciliar*, por entender que no Brasil tem sido o mais recorrente na academia e mais utilizado pelo Poder Judiciário. Porém é necessário destacar que alguns autores defendem a utilização do termo *Ensino em Casa*. Barbosa (2013), por exemplo, defende o uso do termo por partir do pressuposto de que a família já possui o direito a educar seus filhos, segundo a CF/88, porém luta ainda pelo direito de ser responsável também pelo ensino, que atualmente se dá formalmente na instituição escolar.

estratégias, que podem seguir ou não um currículo formal (utilização de atividades, materiais didáticos, passeios, convívio social, entre outras).

Conheci um casal que adotou a Educação Domiciliar com seus filhos e, buscando mais informações sobre a prática, passei a pesquisar sobre a (in)constitucionalidade e regulamentação dessa modalidade de ensino. Nesse contexto, passei a estudar o tema mais profundamente e submeti um trabalho para a *Global Home Education Conference*, em coautoria com a Prof^a Dr^a Luciane Muniz Ribeiro Barbosa⁵, a respeito da regulamentação da prática no Brasil dentro do debate acerca da Titularidade de Direitos⁶. A Conferência, que reuniu pesquisadores, formuladores de políticas públicas, pais e líderes de movimentos de mais de vinte países⁷, aconteceu no Rio de Janeiro nos dias 9 a 12 de março de 2016. Com o tema “É um direito”, buscou principalmente divulgar o movimento de legalização e regulamentação da prática ao redor do mundo, lançando também um documento chamado “*The Rio Principles*”⁸, que advoga a favor da Educação Domiciliar como um direito universal.

Na dinâmica do evento, no entanto, percebemos uma heterogeneidade de posicionamentos ideológicos, políticos e educacionais. Encontramos tanto aqueles que defendem o modelo de *Homeschool* (Educação Domiciliar) como sendo *School at Home* (Escola em Casa), ou seja, que defendem uma reprodução do modelo escolar de ensino no contexto domiciliar (com material didático, currículo pré-determinado, atividades avaliativas, etc.); quanto aqueles que defendem uma

⁵ Professora Titular da Faculdade de Educação da Unicamp.

⁶ BARBOSA, L. M. R & VASCONCELOS, N. S. *Homeschool Regulation in Brazil: education is a Family or a State right?* Disponível em <http://www.ghec2016.org/en/content/nat%C3%A1lia-sartori-vasconcelos> Acesso em: 5 de junho de 2017. Artigo publicado nos Anais do II Simpósio Jurídico Educacional do Piauí. Disponível em: <http://www.intesi.org.br/blog/categoria/educacao-4/publicacao-do-ii-simposio-juridico-educacional-do-piaui-7> Acesso em: 6 de junho de 2017.

⁷ Para quadro completo de palestrantes e temas abordados, ver: <http://www.ghec2016.org/pt-br/programa> Acesso em: 5 de junho de 2017.

⁸ Para ver o teor completo do documento: <http://therioprinciples.org/> Acesso em: 5 de junho de 2017

posição mais radical de desinstitucionalização da educação, muitos dos quais se identificam como defensores do *Unschooling*, proposta que se assemelha ao modelo anarquista proposto por Ivan Illich. Como aponta Haworth, (2012), no livro “Pedagogia anarquista: ações coletivas, teorias e reflexões críticas sobre Educação”:

Algumas práticas de *homeschooling* demonstram certos aspectos da teoria de Illich e podem apresentar recursos para a fundamentação de um projeto anarquista de reconstrução social, embora estejam fora da tradição anárquica. Alguns *homeschoolers*, que tipicamente se autodenominam *unschoolers*, *unschoolers* radicais, *deschoolers* ou *no-schoolers* cumprem aspectos do modelo de Illich.” (p.70, tradução nossa).

Nestas propostas alternativas, utiliza-se “o mundo inteiro como sala de aula” (GRIFFITH, 2010), extrapolando o âmbito familiar.

É importante ressaltar que não há um modelo único nem na prática do *Homeschooling* nem no chamado *Unschooling*. A principal diferença entre as diferentes práticas parece ser a liberdade dos estudantes em relação a currículo e participação de reguladores no processo: o *Unschooling* se apresenta como uma prática menos guiada, enquanto o *Homeschooling*, em seus diferentes modelos, ocorre de forma mais controlada. Ainda assim, não podemos dizer que há um modelo específico, pois a prática da *Home Education* é extremamente heterogênea e não admite fórmulas. Este trabalho, no entanto, não teve como foco explicitar quais as práticas, formas de experienciar, metodologias pedagógicas ou currículos praticados na Educação Domiciliar.

Mesmo tendo o evento um caráter bem heterogêneo, era claro, no entanto, ao longo das palestras e apresentações de trabalhos, a intencionalidade da pesquisa acadêmica com a finalidade de legitimar este ou aquele discurso. Além disso, observou-se a presença majoritária de pesquisadores de outros países, sendo a participação brasileira muito tímida. Esse fato nos deixou com a impressão de que

ainda não há muita pesquisa na academia brasileira a respeito do tema, seja pesquisando práticas mais tradicionais como *School at Home*, ou mais radicais de Educação Domiciliar, como o *Unschooling*, o que buscamos investigar neste trabalho.

Diante de tão diversos posicionamentos e modelos, nos parece correto afirmar que a academia deveria se aproximar do tema de forma não partidária, promovendo pesquisas que possibilitassem problematizações e críticas a ambos os lados, observando diferentes contextos e não servindo apenas de “provas” para uma tese ou outra. É claro que seria falacioso atribuir ao pesquisador uma neutralidade absoluta, pois como afirma Chizzotti, (2003): “*o pesquisador está marcado pela realidade social, toda observação está possuída de uma teoria, o texto não escapa a uma posição no contexto político e a objetividade está delimitada pelo comprometimento do sujeito com a realidade circundante.*” (p. 230). Porém, ainda assim, há que se questionar, por exemplo, o fato de certas pesquisas apontarem para altos índices de desempenho acadêmico de estudantes que praticam *Homeschooling*, tendo sido a mesma encomendada por uma organização que advoga pela causa (KUNZMAN; GAITHER, 2013). Estas e outras questões nos intrigaram muito ao longo do evento.

Em síntese, destacou-se como uma demanda muito importante uma análise abrangente da produção acadêmica na busca por maior quantidade de fontes bibliográficas possíveis, para que se tivesse dimensão das temáticas abordadas pela academia ao redor do mundo e no Brasil. Além disso, me pareceu interessante investigar se há questões já saturadas, como afirmaram alguns pesquisadores na

conferência⁹. Além disso, uma vez que o tema ainda é pouco pesquisado no Brasil (BARBOSA, 2013b), poderemos também traçar correlações entre a pesquisa nos demais países analisando, por exemplo, quais temas tem sido abordados nos dois contextos e cooperando para fomentar a pesquisa em Educação Domiciliar no contexto brasileiro.

Dessa maneira, o objetivo principal desse trabalho foi a realização de um levantamento e posterior mapeamento da produção acadêmica a respeito de *Home Education*, na língua inglesa e portuguesa, nos anos de 2000 a 2016.

Deste objetivo mais amplo, decorreram outros mais específicos, como: inventariar a produção acadêmica levantada, identificando e categorizando em segmentos úteis para a posterior correlação; analisar a produção acadêmica de forma a correlacionar as categorias (temáticas, países, anos, palavras-chave, autores, veículos de publicação, etc.), investigando hipóteses e identificando tendências nas pesquisas; bem como responder algumas perguntas, que serão apresentadas no item a seguir.

1.1 METODOLOGIA

De acordo com Nogueira, (1969), um problema social “*é qualquer situação que atraia a atenção de um número considerável de observadores competentes, numa sociedade, como algo a exigir reajustamento ou solução através de ação social, isto é, coletiva, de uma ou outra sorte*” (p.16). Levando em conta essa perspectiva, no presente trabalho buscamos entender melhor o fenômeno da Educação Domiciliar como um problema social, o qual demanda investigação, pesquisa e conhecimento.

⁹ Defensores do *Homeschooling* afirmam que o problema da socialização, por exemplo, já foi superado pela academia, enquanto outros discordam dessa assertiva.

Como afirmado anteriormente, pudemos identificar em um evento internacional a variedade e abrangência das pesquisas internacionais, porém uma tímida participação da academia brasileira. Assim, levantamos as questões: como está a pesquisa acerca da Educação Domiciliar no Brasil e no mundo? Será que podemos afirmar que alguns temas, como a socialização, por exemplo, já foram realmente saturados e não são mais objeto de pesquisa internacionais? Podemos identificar tendências semelhantes no percurso da pesquisa internacional e nacional?

Para buscar responder a estas perguntas, realizamos uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Malheiros (2011): “A *finalidade da pesquisa bibliográfica é identificar na literatura disponível as contribuições científicas sobre um tema específico. Ela consiste em localizar o que já foi pesquisado em diversas fontes, confrontando seus resultados.*” (p.81). Assim, através da pesquisa bibliográfica, realizamos um mapeamento da literatura com trabalhos na língua inglesa e portuguesa, buscando comparar e estabelecer relações entre as publicações de ambas línguas. O recorte histórico utilizado levou em conta os anos de 2000 a 2016, anos selecionados com o objetivo de ter como objeto de pesquisa a bibliografia mais recente sobre a temática, em mais de uma década.

De forma geral, a primeira etapa da pesquisa dividiu-se em três partes. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento da produção acadêmica na língua portuguesa, utilizando o site *Scientific Eletronic Library Online*, o *Scielo*¹⁰ e o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a *CAPES*¹¹. Estes dois acervos foram escolhidos devido seu reconhecimento

¹⁰ Veja: <http://www.scielo.br/> Acesso em: 5 de junho de 2017.

¹¹ Veja: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/> Acesso em: 5 de junho de 2017.

acadêmico e variedade de publicações nacionais, que poderiam nos oferecer uma representatividade da pesquisa no âmbito nacional.

Foram lidos os títulos, palavras-chave e resumo de todos os artigos e teses resultantes da pesquisa para que pudessem ser catalogados e analisados posteriormente. É importante ressaltar, no entanto, as limitações de uma pesquisa que leva em conta apenas os resumos e palavras-chave, pois como afirma Ferreira, (2002):

Deve-se reconhecer que os resumos oferecem *uma História* da produção acadêmica através de *uma realidade* constituída pelo conjunto dos resumos, que não é absolutamente a mesma possível de ser narrada através da realidade constituída pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado, e que jamais poderá ser aquela narrada pela realidade vivida por cada pesquisador em sua pesquisa. *Os resumos das pesquisas analisadas contam uma certa realidade dessa produção.* Haverá tantas histórias sobre a produção acadêmica quantos resumos (de uma mesma pesquisa) forem encontrados. (p.268, grifo nosso)

Com a bibliografia nacional encontrada, foi realizado um levantamento de todos os capítulos referentes à questão histórica, ou seja, o surgimento e o avanço da prática da Educação Domiciliar no Brasil e no mundo. Foi realizada a leitura de todos estes excertos e buscou-se apresentar um apanhado geral histórico no capítulo 2, intitulado “A História da Educação Domiciliar”. Embora o presente trabalho não tenha como principal objetivo analisar o percurso histórico da Educação Domiciliar através dos séculos entendemos ser necessário compreender alguns aspectos deste fenômeno para que fosse possível, posteriormente, entender também os diferentes momentos em que se encontram as pesquisas no âmbito nacional e internacional, bem como as análises delas decorrentes.

Em um segundo momento, prosseguimos pesquisando os trabalhos em língua inglesa em dois bancos de dados internacionais: *Web of Science (WoS)*¹² e

¹² Veja: <https://webofknowledge.com> Acesso em: 5 de junho de 2017.

*International Center for Home Education Research (ICHER*¹³). O primeiro, escolhido também por conta do amplo reconhecimento acadêmico e o segundo, escolhido por ser o maior banco de dados internacional encontrado a respeito da temática da Educação Domiciliar. As palavras-chave utilizadas no site *Web of Science* para essa etapa foram: *Homeschool, Homeschooling, Home Education e Unschooling*. No *International Center for Home Education Research*, no entanto, não foi necessária a utilização de palavras-chave para pesquisa, uma vez que todo o acervo do site foi utilizado. Com este levantamento realizado, buscamos organizar, categorizar e quantificar as publicações encontradas.

Portanto, no capítulo 3 o leitor encontrará a descrição das análises e seus resultados, enquanto no capítulo 4 abordaremos algumas implicações e problemáticas trazidas pelos dados quantitativos apresentados. Utilizar estratégias e técnicas quantitativas para a pesquisa qualitativa é possível, pois como afirma Alves, (1991):

De fato, instrumental e técnicas qualitativas são frequentemente usadas por pesquisadores operando num ou noutro paradigma. Acreditamos, entretanto, que uma metodologia não se define por uma coleção de técnicas e instrumentos, e sim pela lógica que orienta o processo de investigação; lógica que, por sua vez, é determinada pelos pressupostos teórico-epistemológicos que caracterizam um dado paradigma. (p.56)

Assim, foi feita uma breve análise dos resultados obtidos, correlacionando os dados e levantando questionamentos a respeito do avanço da pesquisa no tema, como por exemplo: existe alguma relação entre as temáticas de pesquisa e os países em que foram realizadas? Ou os temas são semelhantes, mesmo em contextos diferentes? Quais são os temas mais pesquisados? Quais aqueles que ainda foram pouco investigados? Estes e outros questionamentos que foram

¹³ Veja: <http://www.icher.org/> Acesso em: 5 de junho de 2017.

apresentados ao longo do trabalho foram discutidos no capítulo 4, de Considerações
Finais.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR

“A tarefa do educador moderno não é derrubar florestas, mas irrigar desertos.”
C. S. Lewis

2.1 UM PASSADO DISTANTE: DAS SOCIEDADES PRIMITIVAS À GÊNESE DA ESCOLA¹⁴

A escola universal como conhecemos hoje é um fenômeno consideravelmente recente, que data os séculos XVII e XVIII. Antes disso, a educação não se dava pela via principal da escolarização, mas de muitas outras formas. Em sua tese *“A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente”*, Andrade (2014) resgata as sociedades primitivas para mostrar que a instituição primária de organização humana foi a família. Utilizando-se de Bobbio (1992), afirma que naquele contexto histórico a família funcionava como um “mini-estado”, apresentando suas próprias relações jurídicas, religião doméstica e formas educacionais, todas reguladas pelo chefe de família. Não havia nenhuma instituição superior à família que demandasse o aprendizado de certos conteúdos ou a adoção de uma forma específica de ensino. A família era, portanto, a instituição soberana da educação, cujo objetivo era a busca pela virtude e o aprendizado do trabalho realizado pelos pais, que seria perpetuado pela prole (ANDRADE, 2014).

Mais tarde, com o surgimento das tribos e da posterior *pólis* ou cidade na Grécia e Roma Antiga, ampliaram-se as relações sociais, porém, a educação continuou a ser ministrada essencialmente no âmbito familiar. Como aponta Kloh (2014) na tese *“Homeschooling no Brasil: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais”*

Na Roma antiga, o primeiro educador é o *pater familias* [...] Os escritores romanos exaltavam, com frequência, a educação no seio

¹⁴ Este percurso histórico foi apresentado com base nos trabalhos resultantes da pesquisa nacional sobre o tema, como explicado anteriormente.

da família, sendo certo que essa referia-se sempre às classes dominantes. Havia referência também ao papel das mulheres nessa educação familiar, já que atribuía-se à “mãe a tarefa de ensinar aos filhos os primeiros elementos do falar e do escrever”. Aos sete anos é que a criança passava mais diretamente para a tutela do pai (KLOH, 2014, p. 49).

Vieira (2011), por outro lado, aponta para algumas referências de educação externa ao lar, referenciadas no mestre que ensinava seus aprendizes:

[...] na riquíssima iconografia egípcia não encontramos nenhuma imagem que apresente diretamente a escola e nem temos restos de prédios escolares; porém, a tradição posterior de todo Oriente, até hoje, documentada em numerosíssimas imagens, sempre nos apresenta o mestre sentado na esteira, no interior de um prédio ou a sombra de uma figueira, com os alunos sentados em sua volta. (MANACORDA, 2006 *Apud* VIEIRA, 2011, p. 30)

Ainda assim a autora mostra em sua tese *Limitação à autonomia parental na Educação dos filhos* que as figuras de mestre e aprendiz eram muito relacionadas às figuras de pais e filhos, como podemos observar na tradição judaica:

Dentro da história egípcia já se observa uma real preocupação com a formação social do indivíduo, há a transmissão de conceitos morais e pessoais, como se pode observar em vários textos bíblicos que retransmitem esse tipo de formação [...] o livro dos Provérbios utiliza-se da mesma fórmula, com maior frequência [...] Esse ensinamento era sempre representado pela figura do pai protetor de seus filhos, aquele que os guiava na sabedoria e dentro de preceitos morais estabelecidos à época, como se pode ler já em seu capítulo inicial: “*Provérbios de Salomão, filho de Davi, o rei de Israel, para aprender a sabedoria e o ensino; para entender as palavras de inteligência; para obter o ensino do bom proceder, a justiça, o juízo e a equidade; para dar ao simples prudência e aos jovens, conhecimento e bom siso. [...] Filho meu, ouve o ensino de teu pai e não deixes a instrução de tua mãe.*” A figura da família está sempre presente no aprendizado através da imagem do pai como responsável na educação de seus filhos, sendo o pai reconhecido como o mestre que conduz seu discípulo, no caso, o filho. (p. 28)

Prosseguindo adiante no percurso histórico, vemos com a gênese do cristianismo e seu decorrente crescimento, o surgimento do Catolicismo Romano, o qual passou a dominar as relações políticas e econômicas durante toda a Idade Média (séc. V ao XV). Andrade (2014) aponta para algumas mudanças nas relações

educativas, principalmente porque, por sua influência e poder, a Igreja passou a disputar com a família espaços que antes pertenciam somente a esta última, sendo a educação uma delas. Assim, a educação continuou a ser vinculada à religião, porém não mais às religiões domésticas, mas unicamente à religião Católica Romana, que fundou diversas instituições para o ensino canônico e, mais tarde, as Universidades, cujo conhecimento também era regulado pela mesma (VIEIRA, 2011).

Foi somente na Baixa Idade Média (séc. XI ao XV) que se observou um progressivo decréscimo do poder da Igreja, abrindo possibilidade para o surgimento de *mestres leigos*, os quais se prestavam a instruir principalmente os filhos dos nobres. Essa instrução se dava normalmente no âmbito familiar e utilizava o *Trivium* e o *Quadrivium*¹⁵ como currículo (artes liberais). Entre os artesãos, por outro lado, começaram a nascer associações externas ao ambiente familiar que instruíam para o trabalho, conhecidas como *Corporações de Ofício*, nas quais observava-se uma relação educacional entre mestres e aprendizes de certo ofício (VIEIRA, 2011).

Os séculos XVI, XVII e XVIII foram palco de grandes transformações no mundo ocidental. No âmbito político-econômico, presenciou-se a formação das Monarquias Absolutistas e o Imperialismo; no âmbito religioso, a Reforma Protestante e a Contra-Reforma. Além disso, foi nesse contexto que ocorreu a gênese do Iluminismo, que deixou como herança uma preocupação com a produção científica e acumulação de saberes. O racionalismo começou a se desenvolver, a religião passou a ficar em segundo plano e embora ainda ocupasse papel importante na educação, esta passou a ganhar um sentido mais social, de formação para a

¹⁵ Também chamados de Artes Liberais, o *Trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *Quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia) são componentes da Educação Clássica, metodologia organizada na Idade Média.

convivência no coletivo (ANDRADE, 2014). É o que percebemos, por exemplo, através da análise de autores clássicos como Rousseau, que escreve na obra *Emílio, ou da Educação*

[...] é a educação que deve dar às almas a forma nacional e dirigir de tal forma suas opiniões e seus gostos, que elas sejam patriotas por inclinação, por paixão, por necessidade. Uma criança, abrindo os olhos, deve ver a pátria e até à morte não deve ver mais nada além dela. (ROUSSEAU, 1762)

Assim, conclui Andrade (2014) que, “o *ideal de formação do homem para Deus [...] converte-se em ideal de formação para a Pátria. O Deus Criador, em Rousseau é substituído pelo deus-Pátria, [...] que, no futuro, originaria os fortes movimentos nacionalistas*” (p. 182). Além desse sentido de coesão social, a educação também ganhou nesse período um caráter mais enciclopédico, fruto do pensamento racionalista do Iluminismo. Iniciou-se uma sistematização do conhecimento e uma crença de que era necessário transmitir o conhecimento acumulado para as próximas gerações, daí a necessidade maior de instituições escolares (VIEIRA, 2011). Assim, o primeiro sistema de educação compulsória a ser inaugurado foi o prussiano, em 1717, sob o governo de Frederico Guilherme I, segundo rei na Prússia (CELETI, 2011).

É interessante frisar, no entanto, que mesmo nesse contexto já se iniciava um debate sobre qual seria o modelo mais interessante de educação, se o privado (que incluía tanto o ensino ministrado a muitos aprendizes na casa de um mestre, quanto a educação domiciliar ministrada pelos próprios tutores da família) ou público (nas instituições reguladas pelo Estado) (LIMA, 2015).

Em sua tese *Ensino em casa no Brasil: Um estudo com base na memória social acerca da obrigatoriedade e liberdade de ensino nas constituições brasileiras e em demandas jurídicas recentes*, Lima (2015) aponta alguns dos argumentos

utilizados na discussão: (a) em relação à *saúde*, os defensores da Educação Domiciliar afirmavam que na escola pública as crianças ficariam mais expostas a doenças, por não disporem de boa alimentação e habitação como teriam em casa, já os defensores da escola pública argumentavam que o cuidado excessivo prejudicaria o desenvolvimento de mecanismos de resistência na saúde das crianças, além de afirmarem que o enclausuramento da casa prejudicaria o desenvolvimento físico, ao que os outros respondiam que não faltaria em casa também tais exercícios, porém estariam lá “*sem o perigo do abuso, que facilmente acautela o guarda fiel que os acompanha*” (FERNANDES, *Apud* VASCONCELOS, 2005, p. 28); (b) em relação aos *resultados acadêmicos*, os defensores da educação domiciliar alegavam que o ensino em forma coletiva geraria prejuízos ao desenvolvimento intelectual das crianças, uma vez que nem todos seguiam os mesmos ritmos no aprendizado e, “*portanto, o nivelamento ocorreria de forma prejudicial, tanto para os mais capacitados, como para os menos capacitados*” (LIMA, 2015, p. 27). Os defensores da escola pública, por outro lado, defendiam que a convivência coletiva estimularia o sentimento de se igualar ou superar o outro, contribuindo assim para que se alcançassem resultados superiores, embora também admitissem que o oposto poderia ocorrer, ou seja, “*revelar às crianças o sentimento de inferioridade, desgosto, abatimento, desconsolação, para os que não acompanhavam ou não alçavam o destaque ou o referencial*” (idem); (c) em relação à *formação afetiva e comportamental*, os argumentos a favor do ensino em casa eram de que no lar as crianças estariam “*expostas ao desenvolvimento dos mais ternos sentimentos de reverência aos pais, do amor entre irmãos e demais parentes e, ao contrário, tais sentimentos se perdiam na escola pública*” (LIMA, 2015). Assim, como conclui a autora,

Observa-se que ambos os gêneros de educação da época, “particular” em casa e “pública”, conviviam em oposição. Embora a educação “particular” doméstica fosse a dominante, já havia a preocupação com a sua substituição pela educação “pública”. (p. 28)

Essa preocupação, no entanto, não era com a criança em si, mas principalmente com a manutenção dos valores e mecanismos de reprodução da sociedade. Na tese *O Homeschooling sob a ótica do melhor interesse da criança ou adolescente*, São José (2014) resgata a análise de Ariès (1978) para identificar três ideias distintas de criança e de infância: a primeira, dos séculos XVI ao XIX, quando a criança e o adolescente eram tidos como seres sem muita importância – submetidos ao trabalho e a abusos diversos, quase indistintamente dos adultos; a segunda, que abrange a primeira metade do séc. XX, quando a criança passou a ser como um “objeto” de tutela do Estado e, por fim, uma terceira fase, da segunda metade do séc. XX até o XXI, quando, amparadas pelos documentos internacionais de Direitos Humanos¹⁶, as crianças passaram a ser entendidas como sujeitos de direitos e merecedoras de proteção integral e prioritária. Sobre a primeira fase, a autora afirma que

Em regra, a criança se diferenciava do adulto apenas em relação ao tamanho e a força para o trabalho. Não havia as etapas da infância, juventude e fase adulta. Assim que adquiria uma independência mínima como, por exemplo, se alimentar, fazer suas necessidades fisiológicas, trocar a vestimenta sozinha, já era automaticamente misturada aos adultos. Portanto, não havia um critério a ser seguido como o desenvolvimento biológico, o cronológico de idade e, muito menos, o psicológico para determinar o início e o fim das fases da vida. (p. 75)

Essa concepção, segundo a autora, teve seus primeiros contrapontos nas ideias do filósofo Rousseau, ao defender os princípios universais de liberdade, igualdade e fraternidade, que impulsionaram a Revolução Francesa. Somente após

¹⁶ Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948, Declaração Universal dos Direitos das Crianças em 1959 e Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em 1989.

esse marco identifica-se o desenvolvimento de uma preocupação maior com a infância e a puberdade (SÃO JOSÉ, 2014).

Movido por estes ideais, o século XIX foi o berço da instituição das nações europeias, bem como do neocolonialismo que implicaria na primeira grande guerra em 1914. A Revolução Industrial fortaleceu ainda mais a necessidade de universalização da Escola compulsória. Ela foi amplamente utilizada neste contexto como mecanismo de propaganda nacionalista, homogeneização do saber e formação de mão-de-obra – mesmo que só acessível aos “cidadãos”, o que excluía escravos, mulheres e tantos outros segmentos da sociedade (SÃO JOSÉ, 2014).

Andrade (2014) aponta, portanto, para um novo objetivo da educação no século XX: formar o homem civilizado, ou o *gentleman*. O Estado deveria obrigar as crianças a frequentarem a Escola porque

o ignorante não pode apreciar e, portanto, escolher livremente as boas coisas que diferenciam a vida de cavalheiros (*gentleman*) daquela das classes operárias. 'Está obrigado a compeli-los e ajuda-los a tomar o primeiro passo adiante; e está obrigado a ajuda-los, se desejarem, a dar muitos passos à frente' (MARSHALL *Apud* ANDRADE, 2014, p. 209)

Percebemos, portanto, que a educação não mais era vista como algo que ocorreria no âmbito familiar, pois tanto seu objetivo quanto seus meios deveriam ser providos e regulados pelo Estado, pela nação, a qual, unida em uma mesma missão, se desenvolveria social e economicamente. Além disso, com a Revolução Tecnológica, cada vez mais cresceu a demanda pela produção científico-tecnológica, que também não se daria no lar (ANDRADE, 2014).

2.2 O RENASCIMENTO DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR NOS EUA DO SÉC. XX¹⁷

Em seu livro *Homeschool: an American History*, Milton Gaither (2011) faz um percurso pela história dos Estados Unidos para entender quais fatores históricos, sociais, políticos e culturais criaram um solo fértil para que a prática da Educação Domiciliar voltasse a ser comum¹⁸ e fosse reconhecida e regulamentada por todos os estados do país, o que só veio a se concretizar em 1993. Utilizaremos, portanto a análise deste autor para evidenciar tais fatores que implicaram no renascimento da prática da Educação Domiciliar.

Antes da década de 1970, nos Estados Unidos, a Educação Domiciliar¹⁹ era praticada principalmente por razões pragmáticas, ou seja, por falta de acesso à educação escolar. Os adeptos da modalidade eram, majoritariamente: escravos, que aprendiam os conteúdos escolares clandestinamente, mulheres e homens de baixa renda, que participavam de programas educacionais por correspondência e, por fim, filhos de diplomatas ou missionários, que também realizavam em sua maioria currículos por correspondência, uma vez que estavam afastados geograficamente das escolas de seu país. Não havia, no entanto, nenhuma propaganda da Educação Domiciliar como um direito, como uma modalidade educacional mais eficiente, muito menos razões ideológicas para praticá-la.

A década de 1960 foi, no contexto norte-americano, palco de várias transformações sociais e culturais. Destacamos, por exemplo, em meio a um contexto de Guerra Fria, o movimento de contracultura, que pregou o amor livre e fez diversos protestos políticos; o crescimento do feminismo em sua “segunda onda”

¹⁷ Este item baseou-se primariamente na obra de Milton Gaither “Homeschool: na American History”, de 2011.

¹⁸ Em 2016 já são aproximadamente 2,2 milhões de alunos em idade escolar adeptos, segundo o *National Home Education Research Institute* (NHERI).

¹⁹ Segundo Gaither (2011), antes de 1970 ainda não se utilizava o termo *Homeschooling*, mas apenas o termo *Home Education*, embora sejam práticas que se assemelhem. Assim, no presente texto, utilizaremos a tradução Educação Domiciliar para ambos.

(1960-1970); bem como o desenvolvimento tecnológico que gerou uma popularização de itens como TVs, computadores e carros. É importante lembrar que os Estados Unidos têm como origem, além dos povos nativos, povos europeus protestantes, como afirma González, (2011):

[..] Desde os primórdios da colonização britânica na América do Norte, um dos impulsos que trouxeram os europeus a essas plagas era a possibilidade de criar uma nova sociedade em uma nova terra. Atrás dos “peregrinos” do Mayflower vieram milhares de pessoas com sonhos parecidos, ainda que diferentes em alguns pontos. Os morávios fundaram suas comunidades na Pensilvânia, e o mesmo fizeram os menonitas e outros anabatistas, buscando um lugar onde lhes fosse possível praticar seu pacifismo e separar-se da corrupção do restante da sociedade. Os pietistas alemães fundaram no mesmo estado a comunidade de Efrata, e várias outras, tanto na Pensilvânia como em Ohio. (p. 377)

Esse aspecto cultural é muito importante, pois teve implicações na escolarização. Os protestantes consideravam o Estado como aliado na criação desta “nova terra” e a educação pública se deu, desde o início, pautada pelos princípios e valores protestantes. As décadas de 1960 e 1970, no entanto, favoreceram os diversos movimentos sociais de orientação liberal e antirreligiosa, fazendo com que a disputa entre estas duas correntes chegasse à discussão sobre educação.

Gaither (2009), portanto, aponta para quatro fatores históricos do contexto sócio-político da época que foram potencializadores para o movimento do *Homeschooling*: (a) a secularização e burocratização das escolas públicas, (b) a suburbanização, (c) o feminismo, e, por fim, (d) o radicalismo político e privatismo. A seguir, trataremos mais especificamente sobre cada um destes fatores, apresentando os apontamentos do mesmo autor.

O primeiro fator que destacaremos é a *secularização e burocratização das escolas públicas*. A escola pública na década de 1970 já demonstrava sinais de sua crise e causava descontentamento massivo e uma desilusão dos pais tanto da direita quanto da esquerda.

Como afirmamos anteriormente, desde a sua gênese, a escola norte americana trazia princípios e valores protestantes, o que implicava tanto em práticas quanto em conteúdos. Mas nesse contexto, com as ideias de John Dewey e as reformas educacionais, passaram a predominar as pedagogias mais progressistas, que buscavam dar mais liberdade às crianças. Alguns livros passaram a apresentar conteúdos culturalmente polêmicos no contexto norte-americano, como: feitiçaria, evolucionismo, governo mundial, além de ensinamentos sobre educação sexual seguindo padrões mais liberais. Dessa forma os conservadores, que eram inicialmente mais favoráveis ao ideal de escola pública, após a decisão da suprema-corte por abolir as orações e o ensino da bíblia no ensino público, ficaram receosos e passaram a escolher um dos dois caminhos: matricular os filhos em escolas cristãs – embora houvesse uma parcela que não podia fazê-lo por diversos motivos (falta de recursos, discordância da visão teológica da escola cristã acessível, experiências ruins com professores, filhos com necessidades especiais, entre outras) ou ensinar em casa, adotando o *Homeschooling* como modalidade educacional.

Por outro lado, os pais de orientação mais progressista, passaram a se preocupar com a superlotação das escolas, que fazia com que muitos alunos fossem mandados para escolas cada vez maiores e mais distantes dos seus bairros de origem, tornando os materiais didáticos mais massificados e as famílias mais insatisfeitas com a oferta de educação pública. Isso também motivou alguns pais não religiosos a optarem pela Educação Domiciliar.

Somado a esse primeiro fator, havia a *suburbanização*. Ao longo das décadas anteriores, a Segunda Guerra Mundial já tinha gerado no contexto norte americano um êxodo das cidades. Mas agora, com o desenvolvimento tecnológico, que gerou uma progressiva mecanização do campo, ocorreu uma migração massiva para os

subúrbios. Somadas a estas, as famílias dos centros urbanos, que agora tinham carros, também passaram a mudar para o subúrbio, em busca de locais mais tranquilos e casas com mais espaço. O governo federal também criou estímulos financeiros para construir, comprar e vender casas nessas regiões, com vistas a desafogar os centros urbanos e criar espaços para investimentos em grandes construções públicas (shoppings, escolas, mercados, etc.). A *suburbanização*, portanto, estava crescendo e gerando um solo fértil para as famílias que queriam educar seus filhos em casa: casas maiores, normalmente com espaço externo e maior segurança para as crianças (GAITHER, 2011).

O terceiro fator importante foi o crescimento do *feminismo*, que passava pela sua “segunda onda” na década de 1970. O pós-guerra na América do Norte foi um período marcado por um aumento significativo de empregos femininos, por conta da demanda do mercado, bem como da escolaridade das mulheres Gaither (2011) aponta que em 1960, um terço dos diplomas de nível superior eram destinados a mulheres).

Nesse contexto, em 1963 foi publicado o livro “A Mística Feminina”, de Betty Friedan, uma das precursoras do movimento feminista nos EUA. Nele, a autora fazia uma feroz crítica ao modelo social da mulher suburbana da década de 1950, argumentando que a vida no subúrbio servia como “*um tipo confortável de campo de concentração para mulheres, segregando-as dentro das paredes domésticas das conversas adultas, do trabalho significativo e de envolvimento político*” (GAITHER, 2009, p. 334, *tradução nossa*). O livro gerou diversos debates no âmbito social, tanto de apoio ao feminismo, quanto de reação crítica ao movimento. O protestantismo de abordagem mais tradicional, por exemplo, cujas mulheres se opunham ao modelo feminista de liderança feminina nas famílias, desenvolveu uma apologética do

empoderamento feminino através do princípio da submissão²⁰ (GRIFFITH, 1997).

Essa reação ao feminismo foi, como aponta Gaither, fundamental para o início do movimento, pois gerou novos hábitos domésticos:

[...] O *Homeschooling* tornou-se um meio para mulheres que acreditavam que deveriam ficar em casa colocarem sua experiência educacional e talentos ao bom uso mesmo assim. A casa tornou-se local de trabalho; a mãe, uma profissional da educação. Além disso, os pais com esposas *homeschoolers* eram instados e muitas vezes tornavam-se mais domésticos. Meninos *homeschooled* aprendiam a cozinhar, limpar e cuidar dos irmãos mais novos. As crianças em geral eram criadas com menos especificidade de gênero. Alguns estudiosos que estudam *homeschooling* notaram que embora fosse um movimento "gerado em parte em reação ao feminismo" tem, no entanto, incorporadas seletivamente "muitas formas feminista da família", incluindo o amolecimento e domesticação do sexo masculino, a orientação terapêutica para casamento e filhos, e, claro, o fornecimento de excelente educação às meninas. (Gaither, 2009, p.335 *tradução nossa*)

Alguns historiadores mais recentes afirmam que a análise de Friedan a respeito das mulheres do subúrbio era demasiadamente generalista, pois embora fossem consideravelmente isoladas da vida da cidade e de seus parentes, elas eram bem mais engajadas civicamente do que assumia o estereótipo de Friedan: elas se organizavam para lutar contra a pornografia, para promover integração, para combater o comunismo, para mudar leis civis e demandar construções públicas. Assim, as mulheres, que foram as protagonistas do movimento pró Educação Domiciliar nos EUA, aos poucos, começaram a desenvolver um sentimento de insatisfação com o estado americano, que fortalecia seus protestos e que fortaleceria também o movimento no futuro (MURRAY, 2003). Como afirma Gaither (2009): "*Se mulheres como estas poderiam protestar, organizar eleitores, grupos de estudo bíblico e clubes de mulheres em suas igrejas, não poderiam elas então*

²⁰ Baseado principalmente no livro de Efésios 5:22-27, essa doutrina ensina que a mulher deve se submeter ao marido como a Igreja se submete a Cristo, enquanto o marido a ama e protege, dando sua vida por ela, como Cristo fez com a Igreja.

ensinar suas próprias crianças a ler, escrever e cifrar? Muitas decidiram que podiam.” (p. 339, tradução nossa).

Outro aspecto importante da década de 1970 foi o *crescimento do privatismo e do radicalismo político*. Isso porque, embora existisse um embate histórico entre a direita e a esquerda, sem perceber estes dois segmentos tinham muitas coisas em comum: ambos valorizavam mais as comunidades locais e autodeterminação do que a identidade nacional. Assim, enquanto muitos cristãos buscavam ver indícios da preeminente e apocalíptica volta de Cristo, os Híppies tentavam prever o apocalipse pela falência do ecossistema. Ambos os grupos se viam como o pequeno “remanescente fiel”, cercado por todos os lados pelas “forças das trevas” – o que os fazia desistir de construir “uma América melhor”, para construir comunidades alternativas do tipo “faça-você-mesmo”, universos paralelos à sociedade pública (GAITHER, 2009).

Na direita protestante, por outro lado, as denominações religiosas passaram a ser menos importantes e passou-se a ter cristãos “tradicionais” (mais literalistas e conservadores) e “liberais” (que fugiam ao exclusivismo do cristianismo). O resultado disso foi um aumento espantoso no primeiro setor e a criação de uma “cultura cristã” que permitia aos filhos dos cristãos serem considerados “normais”. Além disso, ocorreu um maior engajamento dos cristãos no ativismo político – pois já não eram mais como os cristãos de antes de 1960, a favor do estado, mas criam que o estado estava corrompido e por isso lutavam contra ele. Esse ativismo político mobilizava uma maioria feminina que se uniu para lutar por padrões conservadores de família, contra as ações liberais do estado:

Elas não eram as domésticas bitoladas de Betty Friedan. Eram empoderadas, articuladas e descaradamente convencionais. Como Colleen McDannell mostrou, elas eram as descendentes espirituais dos Vitorianos do século XIX, tentando preservar um lugar para o

Cristianismo doméstico na sociedade contemporânea. Em nome do seu lar essas mulheres saíam de sua sala de estar para as praças públicas” (Gaither, 2009, p. 337, *tradução nossa*)

Mas o *Homeschooling* não era um movimento só do protestantismo conservador. Em 1977 o professor John Holt, que era ateu e de orientação política mais progressista, fundou a revista *Growing Without Schooling*²¹, e também passou a defender a Educação Domiciliar, porém em uma abordagem que denominou *Unschooling*. De acordo com Gray & Riley, (2013)

Unschooling é recorrentemente considerado como uma linha do *Homeschooling*. [...] Embora não haja estatísticas precisas, nossa melhor estimativa é que hoje aproximadamente 10% dos *homeschoolers* se identificariam como *unschoolers*²² [...] É difícil definir o *unschooling* formalmente, por ser na prática, e por natureza, informal. John Holt, que cunhou o termo *unschooling* e popularizou essa forma de educação na década de 1960, acreditava que “as crianças querem aprender sobre o mundo, são boas nisso, e podem ser confiadas a isso sem muita coerção adulta ou interferência” (1977, p.1). Sandra Dodd, que fez *unschooling* com seus filhos e frequentemente escreve e fala sobre *unschooling*, define-o como “criar e manter um ambiente no qual a aprendizagem natural possa florescer”. Muitos *unschoolers* enxergam o *unschooling* como um estilo de vida mais do que como uma filosofia educacional. (p. 2-3, *tradução nossa*)²³

Enquanto Holt sustentava a defesa do movimento com esta abordagem, na direita protestante um casal chamado Raymond e Dorothy Moore desenvolviam pesquisas que culminariam em 1975 na publicação do livro *Better Late than Early*²⁴. Eles defendiam que as crianças não estariam psicologicamente prontas para a aprendizagem formal até os oito ou dez anos de idade e que esperar permitiria à criança ganhar maturidade e habilidades lógicas que seriam necessárias para o

²¹ “Crescendo sem Escolarização”, *tradução nossa*.

²² Dados referentes aos Estados Unidos.

²³ Mais informações sobre esse movimento em <http://www.johnholtgws.com/> Acesso em: 5 de junho de 2017.

²⁴ “Melhor tarde do que cedo”, *tradução nossa*.

trabalho formal e ao mesmo tempo preveniriam a criança de frustrações decorrentes da não habilidade para lidar com alguns materiais escolares.²⁵

No final da década de 1970, porém, a prática ainda não era claramente regulamentada pela lei. Em 14 estados, por exemplo, nada era dito a respeito da Educação Domiciliar. Em 21 estados as leis eram vagas, sem regulamentar ou proibir, enquanto em apenas 15 estados ela era citada diretamente. As décadas de 1980 e 1990, portanto, foram o momento de maior crescimento do movimento. O casal Moore e Holt se uniram para divulgar o movimento e tinham as seguintes estratégias: buscar fazer a prática da Educação Domiciliar parte da Constituição Federal, enquanto, ao mesmo tempo, lutavam estado por estado por uma interpretação da Carta Magna favorável à prática. Eles também organizavam as famílias para fazer manifestações públicas e assim pressionar politicamente as autoridades (GAITHER, 2009).

Como consequência dessa estratégia, em 1993 todos os estados já haviam aprovado leis para a regulamentação da Educação Domiciliar – embora com muita discordância em relação ao tipo e à intensidade de controle que o Estado deveria exercer sobre as famílias. Além disso, muitas associações²⁶ e institutos foram criados para auxiliar as famílias juridicamente, para criar contato entre as famílias e para desenvolver pesquisa sobre as práticas educacionais, tanto do *homeschooling* quanto do *unschooling*. Multiplicaram-se, portanto, os tutores, os conselheiros para

²⁵ Mais informações sobre esse movimento em <http://www.moorefoundation.com/> Acesso em: 5 de junho de 2017.

²⁶ Alguns exemplos: *Home School Legal Defense Association* (Veja: <http://www.hslda.org/> Acesso em: 5 de junho de 2017); *Homeschool Foundation* (Veja: <http://www.homeschoolfoundation.org/> Acesso em: 5 de junho de 2017); *National LDS Homeschool Association* (Veja: <http://www.lds-nha.org/> Acesso em: 5 de junho de 2017) ; *American Academy National Home School* (Veja: <http://www.nationalhomeschool.com/> Acesso em: 5 de junho de 2017); *National Home Education Research Institute* (Veja: <http://www.nheri.org/> Acesso em: 5 de junho de 2017)

pais, bem como as editoras especializadas em materiais para a Educação Domiciliar (GAITHER, 2009).

Hoje em dia, além de uma busca por expandir o número de famílias *homeschoolers*, as associações estão buscando diminuir o controle estatal sobre as práticas de Educação Domiciliar nos estados em que a legislação é mais severa (exigindo curso de capacitação para os pais, por exemplo), ampliar o movimento internacionalmente²⁷ e divulgar os resultados das pesquisas favoráveis ao movimento. Há um fenômeno interessante começando a acontecer, o surgimento de formas híbridas de *homeschooling*: escolas oferecendo apoio aos *homeschoolers* em cursos de tempo parcial; escolas cujas práticas esportivas são abertas aos *homeschoolers*; pais escolhendo praticar *homeschooling* somente por um ano ou dois, durante períodos de transição; e oferta de educação pública não presencial.

Segundo Gaither,

[...] é este grupo mais recente de *homeschoolers* que estão questionando as dicotomias históricas entre público e privado, a escola e casa, formal e informal, que têm desempenhado um papel tão importante na auto-definição do movimento e na política de educação americana [...] Ironicamente, um movimento nascido em oposição a escolas públicas podem oferecer uma educação pública da sua reforma mais plausível paradigmas para o vigésimo primeiro século pós- industrial, virtual, desestabilizado alma mundial” (p. 343-344, tradução nossa)

Assim, percebemos que o movimento ainda apresenta transformações recentes muito interessantes, devido o contexto das políticas públicas educacionais, as quais estão permitindo a criação de novas concepções e funções para a prática da Educação Domiciliar nos EUA. Resta saber quais serão suas implicações futuras na escolarização ou desescolarização da sociedade norte americana.

²⁷ Um exemplo é a *Global Home Education Conference* (Veja: <http://www.ghec2016.org/> Acesso em: 5 de junho de 2017) , que caminha agora para sua terceira edição, a ser realizada em 2020.

2.3 A EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL

Diferente dos Estados Unidos, de origem protestante, a escola brasileira teve, desde sua gênese, uma relação muito estreita e dependente com o Catolicismo Romano. Durante a época colonial, por exemplo, os jesuítas eram os responsáveis pela educação dos filhos dos colonos, utilizando o método do *Ratio Studiorum*²⁸ (CELETI, 2011; LIMA, 2015). Mesmo assim, devido às grandes proporções do território, a forma majoritária de educação era no lar, com destaque para a contratação de professores ou mestres particulares pelas elites, que muitas vezes geravam modelos diferenciados de Educação Domiciliar, como a escola doméstica – um conjunto de pais que contratava um mestre para ensinar seus filhos em casa, porém, estes reunidos em grupo. A Escola só começou a surgir no século XIX, com a adoção do método mútuo em substituição ao individual. Declarado obrigatório por D. Pedro, em 1827, o método mútuo tinha como objetivo atingir mais alunos em uma mesma quantidade de tempo do ensino individual (ANDRADE, 2014).

Fernandes (2015) aponta para a primeira Constituição Imperial, de 1824, como um marco legal educacional, uma vez que apareceu pela primeira vez a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino, cujos responsáveis seriam a Igreja e a família – embora se destinasse apenas aos “cidadãos”, termo que não incluía mulheres, escravos ou índios. Vieira (2011), portanto, afirma que nesse contexto o direito à educação era dos pais, e não das crianças. Nessa época, segundo Andrade (2014),

Os projetos de lei que tentavam organizar o ensino primário e secundário à época reconheciam a educação dada em casa como um modelo legal, bastando apenas que a cada ano as crianças fossem submetidas a um exame realizado sob a égide da autoridade educacional pública. (p.251)

²⁸ Documento que reunia métodos pedagógicos utilizado pelos jesuítas. Era baseado na teologia de São Tomás de Aquino.

Analisando o período da República Velha (1889-1930), Vasconcelos (2005) aponta para o início dos grupos escolares e das Escolas Monumento, cuja principal intenção propagandear a escolarização em massa. Deu-se no período, segundo ela, uma grande discussão entre as famílias que desejavam educar no lar e os defensores da escolarização. Estes, movidos por ideais republicanos e pela ideia de progresso ligada à escolarização. Aqueles, preocupados com o risco que a escola ofereceria para os bons costumes familiares tradicionais.

Assim, depois de um ápice nos anos oitocentos, a Educação Domiciliar começa a perder espaço a partir desse período (VASCONCELOS, 2005). Andrade (2014), comentando sobre Vasconcelos (2005), afirma que:

No século XVIII, começa a dar-se uma mudança drástica. O modelo fundado na educação de viés religioso católico deixa de ter primazia, segundo a autora porque “não corresponde às exigências econômicas, políticas e sociais da população”. Assim, “o Estado toma progressivamente o lugar da Igreja, buscando a institucionalização e estatização da educação”. É nesse contexto que “desenvolve-se a forma escolar que, sob a tutela do Estado, pretende uniformizar e reunir a educação da população em espaços adequados para esse fim.” (p. 240)

A Constituição Federal de 1891, que instituía o direito de votar apenas aos alfabetizados, com vistas a atrair as pessoas para a escola, também tirava da Igreja Católica o monopólio da educação: a educação ministrada nos estabelecimentos públicos seria leiga e já havia divisão de atribuições aos Estados e à União em relação à Educação. Nessa Carta o Estado regularia a educação tanto pública quanto privada (FERNANDES, 2015; LIMA, 2015).

Influenciados pelo movimento escola novista, que já crescia nas décadas de 1920-1930, a sociedade brasileira era levada por um otimismo pedagógico, cuja crença de reformar a sociedade através da escola deu mais ênfase ao plano nacionalista de formar o “novo homem nacional”. Este foi, para Andrade (2014), o

equivoco que deu início ao abandono da tradicional Educação Domiciliar no contexto do Brasil. O autor questiona:

Porque se constrói uma visão idílica da escola? E porque sempre se pensa em termos de escolarizar mais e mais, sem que nunca se pare para pensar, mesmo que por um momento sequer, que a forma histórica de Educação – a educação na família, e em casa, sob a direção dos pais, ou por eles realizada diretamente – é uma forma possível de promover a educação das crianças? (p. 232)

O período que se seguiu, conhecido como Era Vargas (1930-1945), foi caracterizado por um pensamento positivista: baseados na crença do cientificismo, a educação passou a ser entendida como alavanca para o progresso brasileiro (ANDRADE, 2014). O período contou com duas Constituições, sendo a primeira de 1934 e a segunda, outorgada por Vargas em sua ditadura, de 1937.

Na Constituição de 1934, vemos alguns marcos, como, por exemplo, o aparecimento de um Plano Nacional, o termo “educação para todos” aparecendo pela primeira vez, o ensino primário sendo instituído como gratuito e de presença obrigatória – embora fosse de responsabilidade dos empregadores com certa quantidade de empregados oferecer educação para os filhos destes. Além disso, a Carta Magna abria a possibilidade para a Educação Domiciliar, ao afirmar no caput do art. 149 que a educação “*deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos*”.

Já na outorgada, de 1937, abre-se a possibilidade de oferecimento de educação para a iniciativa privada e a escola pública passa a não ser mais totalmente gratuita, já que “*por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar*” (art. 130) – além de ampliar-se a obrigação dos empregadores, que agora com qualquer número de funcionários teriam que prover educação para os filhos deles.

Por outro lado, a Educação Domiciliar continua sendo permitida, o ensino primário permanece de presença obrigatória e a educação integral aparece como dever e direito dos pais (FERNANDES, 2015). É interessante evidenciar que em 1940 aparece, pela primeira vez, uma legislação que criminalizava a não-oferta de educação para a criança como crime de abandono intelectual. E embora esta lei hoje seja a via pela qual a maioria dos processos de denúncia contra a Educação Domiciliar acontece (BARBOSA, 2013b), é interessante destacar que no contexto em que foi criada essa lei coexistia com a prática da Educação Domiciliar, e isso não era considerado contraditório.

Com a renúncia de Vargas em 1946, convoca-se nova constituinte e promulga-se a Constituição Federal de 1946, que em relação à educação buscou retomar elementos da CF/34, como o financiamento público e a gratuidade da escola pública, que agora não mais seria oferecida pelos empregadores, mas pelo Estado. Aparece pela primeira vez o termo “ensino oficial” referindo-se à educação formal da escola e retorna também o ensino religioso, que dessa vez seria de matrícula facultativa. A Educação Domiciliar continua a ser permitida, nos seguintes termos do Art. 166 *“A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola”* (FERNANDES, 2015).

O período seguinte, a saber, a Ditadura Militar (1964-1985), teve uma nova Constituição em 1967. Nela ocorreu uma centralização da administração da educação, que agora seria obrigatória especificamente dos 7 aos 14 anos. A gratuidade permaneceu nos estabelecimentos oficiais, porém retirou-se o financiamento público e os empresários voltaram a ter como obrigação oferecer educação para os filhos de seus funcionários (FERNANDES, 2015). Em relação à Educação Domiciliar, Lima (2015) considera que foi a última constituinte a permitir

por lei a prática da Educação Domiciliar, uma vez que na Carta Magna de 1988, que é válida até o presente momento, a matrícula em estabelecimento escolar e a frequência impossibilitam, ao menos teoricamente, a oferta de Educação Domiciliar pela família²⁹.

Com a queda da Ditadura em 1985 e a reconstrução da democracia, a CF/88 representou grandes conquistas democráticas, como: a educação passou a ser entendida como um direito público subjetivo, estabeleceu-se novos mecanismos de financiamento público para a educação, houve uma descentralização através da distribuição de competências entre os entes (União, estados e municípios), estabeleceram-se regras básicas de padrão de qualidade para a educação e a matrícula passou a ser obrigatória para todos entre 4 e 17 anos. Tudo isso garantiu um acesso maior à escola e um aumento no período de escolarização, que deveria garantir maior igualdade de oportunidades (CELETI, 2011). Por outro lado, em relação à Educação Domiciliar, passou a ser restritiva, sem uma regulamentação clara sobre a prática.

Essa situação de não-regulamentação fez com que surgissem nas últimas décadas diversas iniciativas em busca de regulamentar a prática no Brasil. A primeira foi em 1994, com o Projeto de Lei 4.657, que pretendia possibilitar o ensino do 1º grau em sede domiciliar, exigindo fiscalização do MEC, observando o currículo oficial e as normas do Ministério da Educação. Este PL propunha que a cada ano estes alunos realizassem um teste pela rede estadual, para analisar seu desempenho acadêmico e proibia a exploração comercial da oferta de Educação Domiciliar. O projeto tramitou na Câmara, porém foi arquivado no mesmo ano, sob justificativa de que seria desnecessária uma lei para regulamentar a Educação

²⁹ A interpretação majoritária da CF/88 é pela inconstitucionalidade da Educação Domiciliar, já que a Carta demanda matrícula em instituição escolar e frequência obrigatória de 75%.

Domiciliar, pois ela poderia ser considerada como oferta privada, prevista pela CF/88 (KLOH, 2014).

Mais tarde, em 2001 e 2002, foram propostas mais dois PLs, a saber, PL 6.001/2001, a qual dispensaria as crianças que optassem por Educação Domiciliar de se matricularem em escola, entendendo a prática como “direito básico do cidadão”; e o PL 6.484/2002, apensado ao anterior, que instituía a Educação Domiciliar como parte dos sistemas de ensino dos estados e municípios, cabendo às escolas realizarem a supervisão, bem como a avaliação periódica do desempenho do aluno, que poderia ser proibido de manter a prática caso seus resultados fossem muito baixos. Os projetos também tramitaram na Câmara, tendo como destino o arquivamento, devido à alegação de que seria inconstitucional de acordo com a CF/88 e também utilizando o argumento de que a construção da cidadania se dá no espaço da escola, cuja escolha específica já cabe à família (se privada ou pública, se confessional ou não, se integral ou parcial, etc.) (KLOH, 2014).

Somente em 2008 surgiu uma nova proposta³⁰, o PL 3.518, que era mais específico, regulamentando a Educação Domiciliar apenas no nível básico. De acordo com esse projeto, a Educação Domiciliar poderia ser ministrada por pais ou guardiões legais, enquanto o Estado teria a obrigação de facilitar a modalidade. A avaliação do desempenho dos alunos ocorreria anualmente, em conformidade com as Diretrizes Nacionais e os pais seriam responsáveis pelo desempenho – se fosse baixo por anos consecutivos, a criança teria que ser matriculada em escola regular. A esta PL foi anexada a PL 4.122/2008, que alterava artigos da LDB e do ECA, excluindo a frequência obrigatória da legislação. Ambas foram arquivadas, devido o

³⁰ Kloh (2014), também aponta para os PL 4.191/2004 e PL 4.610/2004 como projetos referentes à Educação Domiciliar. Porém, decidimos não elencar aqui, já que se tratam de projetos com o objetivo de regulamentar a educação dos estudantes que são impossibilitados de ir à escola, como os pacientes hospitalares, por exemplo. É importante ressaltar, no entanto, que ainda estão em tramitação e poderiam favorecer a Educação Domiciliar caso fossem aprovados.

entendimento dos Deputados de que tal prática seria inconstitucional, bem como prejudicial para as crianças devido à falta de socialização (KLOH, 2014).

Houve ainda uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 444/2009, que acrescentava texto ao parágrafo 4º do art. 208, regulamentando a prática da Educação Domiciliar, porém foi arquivada em 2015 devido à mudança na casa gerada pelo período eleitoral (KLOH, 2014).

Hoje em dia, tramitam na Câmara os PL 3.179/2012 e, apensado a este o PL 3.261/2015, cujos textos são:

PL 3.179/2012:

O art. 23 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 23.....

§ 3º É facultado aos sistemas de ensino admitir a educação básica domiciliar, sob a responsabilidade dos pais ou tutores responsáveis pelos estudantes, observadas a articulação, supervisão e avaliação periódica da aprendizagem pelos órgãos próprios desses sistemas, nos termos das diretrizes gerais estabelecidas pela União e das respectivas normas locais.”

PL 3.261/2015:

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.23.....

§ 3º É facultado aos sistemas de ensino admitir a educação básica domiciliar, sob a responsabilidade dos pais ou tutores responsáveis pelos estudantes, observadas a articulação, supervisão e avaliação periódica da aprendizagem pelos órgãos próprios desses sistemas, nos termos das diretrizes gerais estabelecidas pela União e das respectivas normas locais, que contemplarão especialmente:

- I – autorização pelo órgão competente do sistema de ensino;
- II – acompanhamento pelo órgão competente do trabalho dos pais ou responsáveis na condução do processo de ensino e aprendizagem;
- III - obrigatoriedade de matrícula do estudante em escola pública;
- IV – manutenção de registro oficial das famílias optantes pela educação domiciliar;
- V – cumprimento de currículo mínimo e avaliação da aprendizagem, nos termos e na periodicidade estabelecidos no projeto pedagógico da escola em que o estudante estiver matriculado;
- VI – participação do estudante nos exames do sistema nacional e local de avaliação da educação básica;
- VII – previsão de inspeção educacional, pelo órgão competente do sistema de ensino, no ambiente em que o estudante estiver recebendo a educação domiciliar. Art.24.....

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino; Art.31.....

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar; Art.32.....

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações

emergenciais e observado o disposto no § 3º do art. 23 desta lei.
.....” (NR).

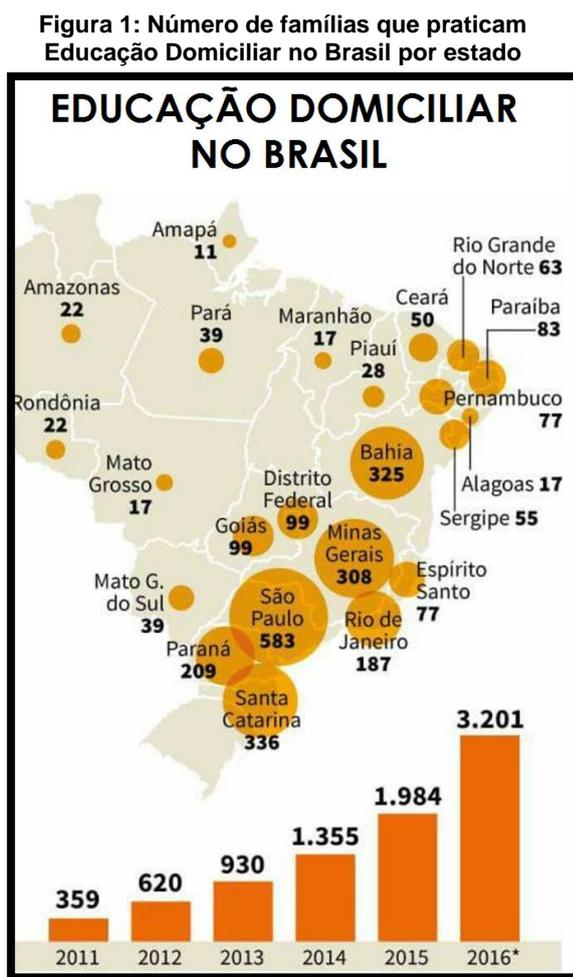
Além das iniciativas no âmbito legislativo, frequentemente as experiências das famílias que praticam o ensino em casa têm se tornado casos de análise e julgamento pelo poder judiciário, o qual tem diferido nas decisões. Analisando, por exemplo, quatro casos judiciais de repercussão internacional, Barbosa (2013) revela que em dois deles a modalidade foi interpretada como inconstitucional, sendo proibida a prática; enquanto em um caso a experiência foi permitida, sendo criado um mecanismo de acompanhamento específico para avaliação do cumprimento do direito à educação das crianças; o último caso foi encerrado devido à mudança da família para outro país, com o objetivo de prática da modalidade sem ter que enfrentar problemas judiciais (BARBOSA, 2013b). E apesar do recente histórico de uma permissão judicial para tal prática, Cury (2006) afirma que *“Mesmo que a justiça acabe dando ganho de causa a uma tal pretensão, ela é um ganho que não se constitui como direito, no máximo cria uma jurisprudência.”* (p. 360).

Diante de todo esse cenário nacional, diversas ações têm sido tomadas pelas famílias que escolhem a modalidade, em busca de estabelecer parâmetros legais mais claros para a prática. Uma destas ações foi a criação da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), em 2010, cujos principais objetivos³¹ são: (1) *“Lutar pela regulamentação legal da educação domiciliar, através de representação coletiva dos associados junto às autoridades, aos órgãos e entidades pertinentes”*; (2) *“Promover a informação sobre educação domiciliar junto à opinião pública”* e, por fim; (3) *“Promover o contato, a troca de experiências e a cooperação entre os*

³¹ Retirados do site: www.aned.org.br/. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

associados”. Além das famílias, a Associação conta com a participação de pedagogos, advogados e outros profissionais mobilizados para militar pela causa.

Percebemos, portanto, que a estratégia americana de criar associações para organizar a ação das famílias e auxiliá-las em busca de legitimação jurídica está sendo seguida pelo movimento pró-Educação Domiciliar no Brasil. Hoje, de acordo com essa Associação, que ainda é a única no Brasil a apoiar a causa, já são mais de 3.000 o número de famílias que adotaram a Educação Domiciliar como modalidade educacional para seus filhos. Abaixo um gráfico-mapa³² que evidencia a realidade do movimento em âmbito nacional, bem como seu número crescente nos últimos anos:



Fonte 1: Associação Nacional de Educação Domiciliar, 2016

³² Divulgado pela ANED com base em uma pesquisa feita pela associação. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/educacao-domiciliar-ganha-forca-no-brasil-e-busca-legalizacao-7wvulatmkslzdhwncstr7tco> Acesso em: 5 de junho de 2017.

De acordo com Vasconcelos e Morgado (2014), o advento de novas tecnologias foi o fator que potencializou e facilitou a escolha pela modalidade da Educação Domiciliar, uma vez que a internet oferece acesso a diversos conteúdos cujo acesso antes era limitado à escolarização obrigatória escolar. Como afirmam as autoras, “*voltou-se a pensar a educação como um processo que poderia ocorrer no espaço doméstico*” (p. 205). Certamente outros fatores estão envolvidos neste crescimento da prática, porém, essa discussão será apresentada posteriormente, após a análise de nossa pesquisa bibliográfica, a qual passaremos a discutir a seguir.

3. ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA INTERNACIONAL

Percorremos anteriormente um panorama que apresentou, de forma breve, como ocorreu o aparecimento e o posterior renascimento da Educação Domiciliar nos EUA e no Brasil. Uma vez explicitados os principais elementos históricos que envolvem a prática nos dois países, passaremos agora a analisar os resultados da pesquisa bibliográfica a respeito do tema. Este capítulo foi dedicado a analisar a bibliografia em língua inglesa, enquanto o capítulo 4 apresentará a bibliografia em língua portuguesa.

3.1 OS BANCOS DE DADOS UTILIZADOS COMO FONTE: ICHER E WOS

Para analisar a bibliografia internacional foram escolhidos como fonte os bancos de dados do *Web of Science* (WoS), dado seu reconhecimento e amplo uso pela comunidade acadêmica e o *Internacional Center of Home Education Research* (ICHER), por ser este o maior banco de dados que reúne a pesquisa em língua inglesa referente ao tema da Educação Domiciliar, ou *Home Education*.

No WoS as palavras-chave utilizadas para a pesquisa foram *Homeschool*, *Homeschooling*, *Home Education* e *Unschooling*. Alguns artigos foram encontrados, sobretudo relacionados ao termo *Home Education*, não foram considerados por fugirem ao escopo do objeto desta pesquisa³³. O critério utilizado para essa seleção foi a leitura e análise do título do artigo e ao final foram encontrados neste banco de dados 140 artigos considerados pertinentes ao tema da pesquisa.

Já no ICHER não foi necessária uma pré-seleção, dado ser justamente a proposta dessa base de dados a compilação de todas as publicações internacionais da língua inglesa sobre a temática envolvida nesta pesquisa. A base de dados do

³³ Por exemplo, os artigos que falavam sobre educação para crianças hospitalizados ou tratamentos domésticos para crianças com necessidades especiais, ou sobre a relação entre família e escola, entre outros.

ICHER apresenta as publicações que nele constam divididas em 20 categorias³⁴, sendo elas³⁵:

- (1) *Academic Achievement* (Resultados Acadêmicos);
- (2) *Autonomy* (Autonomia);
- (3) *Child Abuse* (Abuso Infantil);
- (4) *Civics* (Educação Cívica);
- (5) *College / Post secondary* (Faculdade / pós-secundário);
- (6) *Cultural Analysis* (Análise Cultural);
- (7) *Curriculum / Pedagogy* (Currículo / Pedagogia);
- (8) *Gender* (Gênero);
- (9) *History* (História);
- (10) *International* (Internacional);
- (11) *Legal* (Legal);
- (12) *Motivation* (Motivação);
- (13) *Policy / Regulation* (Políticas / Regulamentação);
- (14) *Public School* (Escola Pública);
- (15) *Race / Ethnicity* (Raça / Etnia);
- (16) *Religion* (Religião);
- (17) *Resources for families* (Recursos para famílias);
- (18) *Socialization* (Socialização);
- (19) *Special Needs* (Necessidades Especiais);
- (20) *Technology* (Tecnologia).

³⁴ É importante ressaltar que no site não há explicações a respeito do critério para a divisão em categorias nem tampouco a definição da temática que cada uma delas trata.

³⁵ Todas as traduções referentes aos nomes das categorias são nossas.

Nesse banco de dados foi encontrado um total de 1117 artigos, sendo que destes, apenas 24% (268 artigos) pertenciam a apenas uma das categorias existentes. Todos os outros 76% (849 artigos) estavam classificados como parte de duas ou mais categorias. Assim, decidiu-se utilizar também essas repetições de categorias para analisar a questão dos temas das publicações, apresentados a seguir. É importante ressaltar que, levando em conta as repetições de artigos nas categorias, somaram-se 2877 artigos³⁶.

É possível observar através destes totais, que o ICHER possui um acervo quase que dez vezes maior do que o WoS de publicações que se referem aos temas de Educação Domiciliar e Desescolarização. Diante dessa informação, no entanto, foi questionada a originalidade de cada uma dessas fontes, ou seja: será que os poucos artigos que aparecem no WoS são exclusivos desse banco de dados, ou estariam eles apenas repetindo os artigos do acervo do ICHER? Para isso, produzimos a seguir tabelas e gráficos que apresentam tais dados.

Tabela 1: Quantidades de artigos em língua inglesa por banco de dados

Banco de Dados	Quantidade de artigos	Porcentagem
Somente no ICHER	1070	88%
Somente no WoS	93	8%
Apareceram em ambos	47	4%
Total	1210	100%

Fonte 2: Elaboração própria, com base nos dados coletados no WoS e ICHER

A diferença significativa na quantidade de artigos encontrada nos dois bancos de dados permite-nos, portanto, uma comparação das quantidades de artigos correlacionadas, que nos leva a uma porcentagem de originalidade, ou seja, um valor numérico que responde à pergunta: “Qual a porcentagem de artigos

³⁶ Quantidade que irá aparecer em algumas análises como total, porém é importante esclarecer que este total refere-se à soma que leva em conta as repetições e não à quantidade total de artigos do ICHER que, como afirmamos anteriormente, é de 1117.

encontrados apenas neste banco de dados?”, resultado apresentado na tabela a seguir.

Tabela 2: Porcentagem de originalidade dos banco de dados internacionais

Porcentagem de originalidade do WoS	66%
Porcentagem de originalidade do ICHER	96%

Fonte 3: Elaboração própria, com base nos dados coletados no WoS e ICHER

Tal gráfico permite concluir que o acervo do ICHER é de fato mais abrangente do que o do WoS, pois mais de um terço dos artigos encontrados no WoS também pertencem ao ICHER (34%), enquanto apenas 4% dos artigos do ICHER também são encontrados no WoS. Esse dado é compreensível, uma vez que o ICHER propõe-se a reunir apenas artigos referentes ao tema pesquisado, enquanto o WoS reúne artigos das mais diversas áreas do conhecimento, sendo *Home Education* apenas um dentre tantos outros temas.

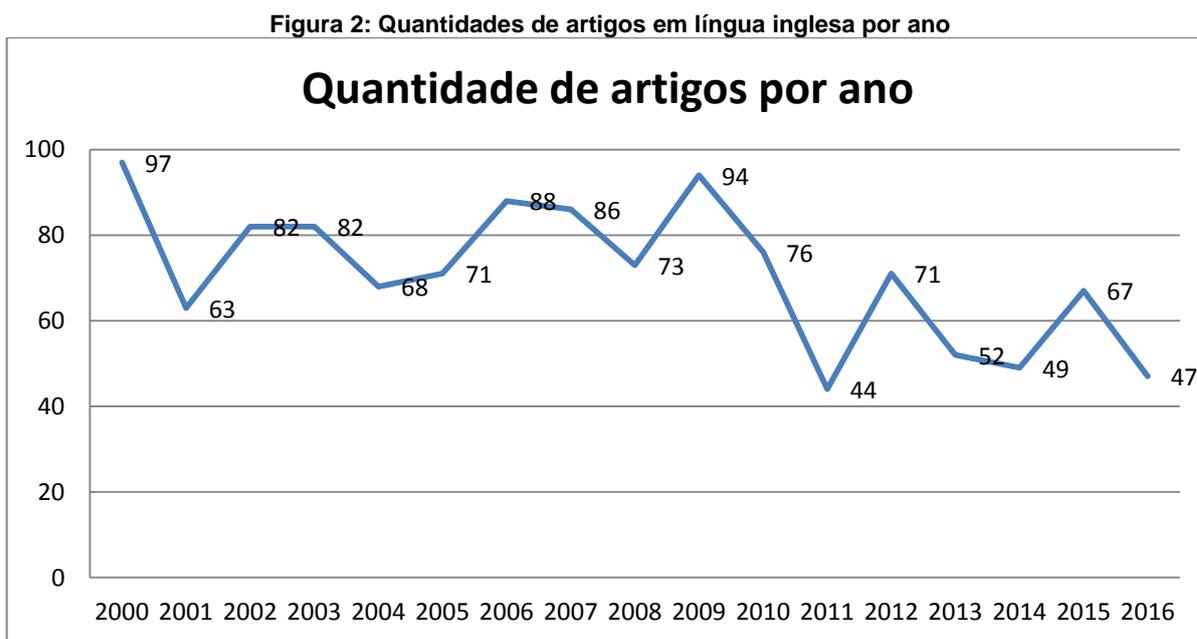
Mesmo assim, é interessante destacar que o ICHER apresenta 96% de artigos originais, o que nos leva às questões: por que tão poucos artigos a respeito de *Home Education* aparecem no *Web of Science*? Seria este um tema simplesmente pouco valorizado entre os jornais acadêmicos na língua inglesa de maior circulação? Ou será que as publicações que constam no *Internacional Center of Home Education Research* procedem de fontes que publicam de forma mais independente e parte dela não é considerada no meio acadêmico?

Essas são perguntas que apresentam paradigmas para os pesquisadores da Educação. Ora, se trata-se de um tema pouco valorizado nos jornais acadêmicos, é compreensível que não haja muito interesse em buscar fazer mais perguntas ou produzir mais dados a respeito da educação domiciliar. Por outro lado, se parte das publicações não forem consideradas pela academia, confirma-se a denúncia de alguns pesquisadores que afirmam serem duvidosos os dados produzidos pelas pesquisas independentes, por serem estas financiadas pelas próprias associações

que militam pela causa da Educação Domiciliar (GAITHER, 2011). Por fugir do escopo desta pesquisa e sendo limitados nossos recursos para responder a tais perguntas, sugerimos que futuras pesquisas busquem encontrar mais dados e possíveis respostas a reflexões tão pertinentes.

3.2 ANOS DE PUBLICAÇÃO

Levando em conta os 1210 artigos (ICHER + WoS) encontrados na língua inglesa, buscamos classifica-los por ano de publicação, levando em conta o recorte histórico dos anos de 2000 a 2016. Os dados encontrados estão registrados no gráfico a seguir:



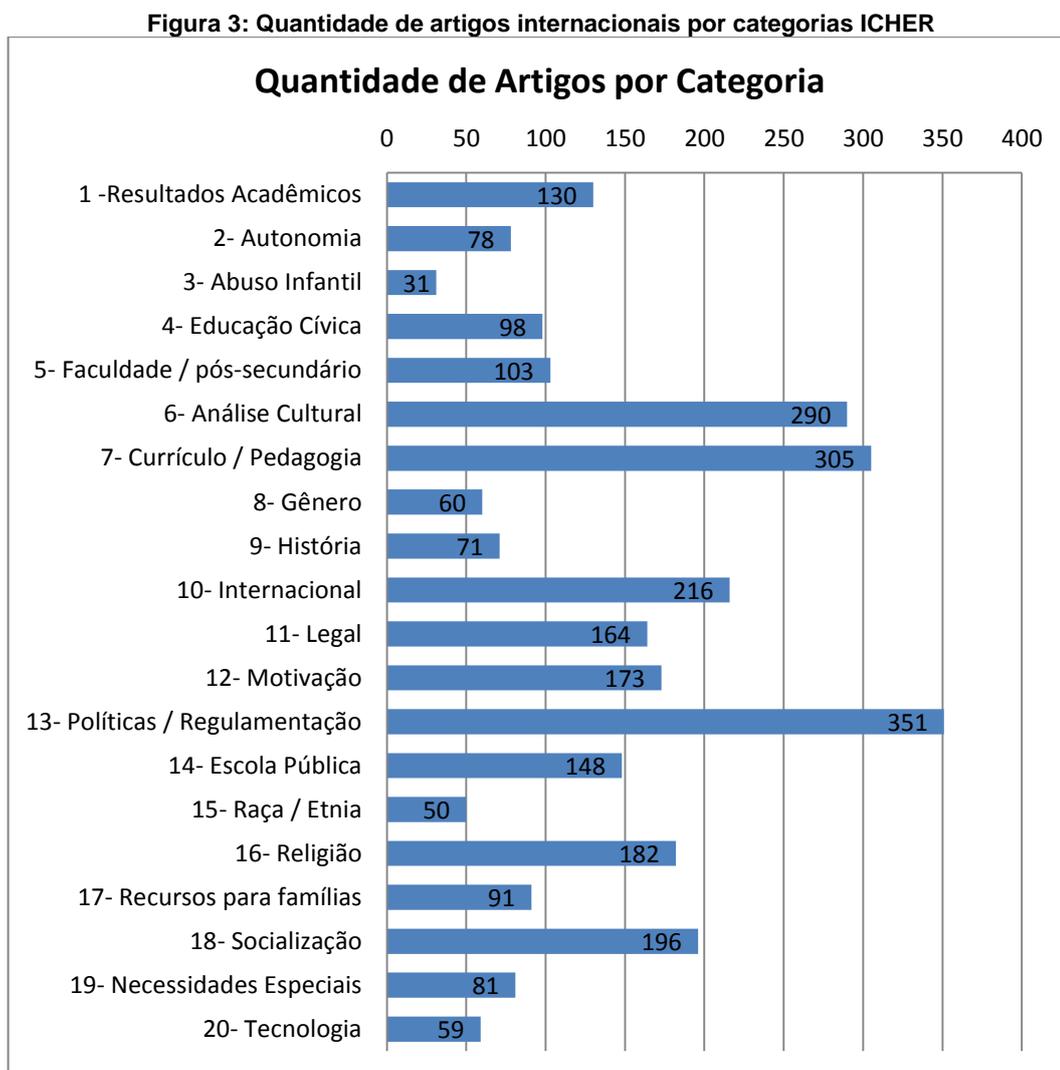
Fonte 4: Elaboração própria, com base nos dados coletados no WoS e ICHER

Podemos perceber que dos anos de 2000 a 2009 há uma produção relativamente constante de uma média de 80 publicações por ano. Dos anos de 2010 a 2016 em diante, por outro lado, percebe-se uma queda significativa na quantidade de publicações internacionais, cuja média passa a ser de 58 artigos por ano. Essa queda de quase 40% no número de publicações por ano sugere um

progressivo declínio que pode significar que o interesse acadêmico internacional em pesquisar a respeito de Educação Domiciliar está seguindo uma tendência de diminuição com o passar dos anos.

3.2 CATEGORIAS DO *INTERNATIONAL CENTER OF HOME EDUCATION RESEARCH*

Desenvolvemos uma análise geral das categorias, primeiramente levantando a quantidade total de artigos em cada uma delas, dados apresentados no gráfico a seguir:



Fonte 5: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

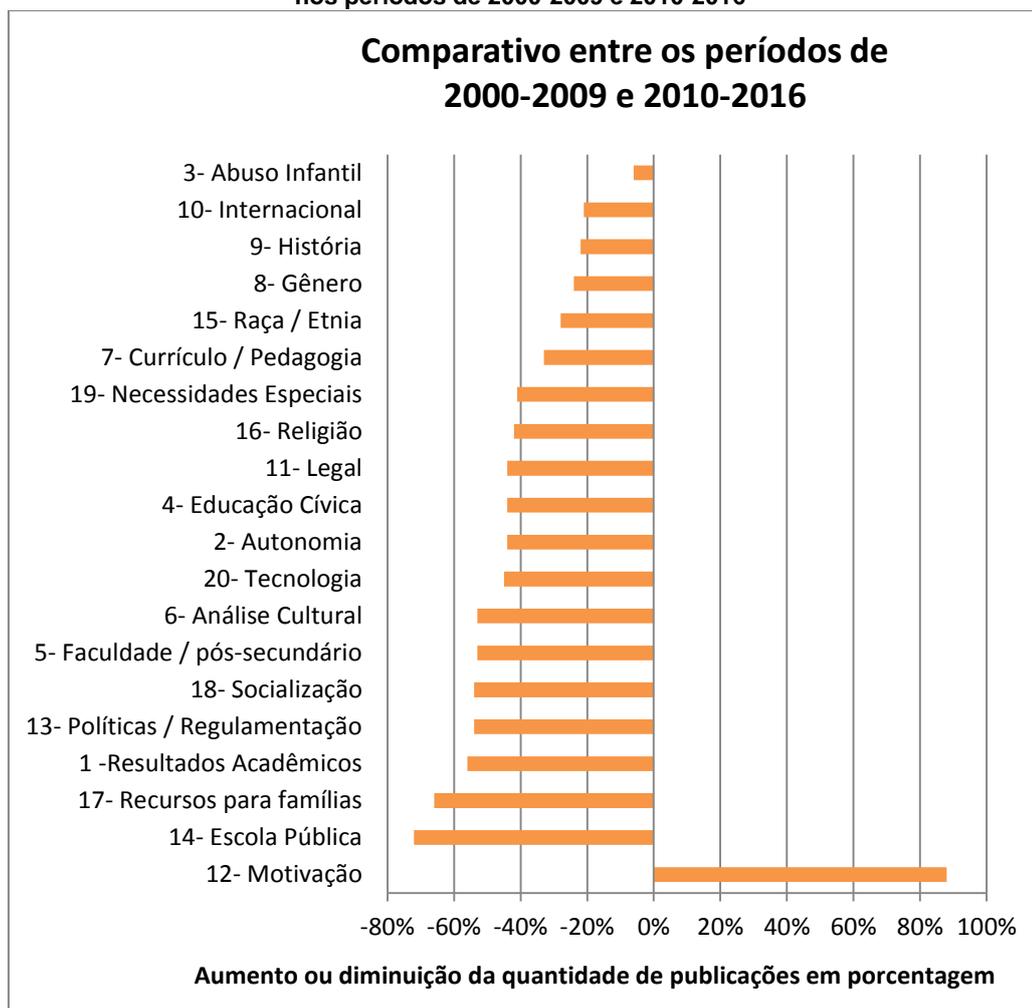
Este gráfico mostra que as categorias³⁷ mais presentes na literatura internacional sobre a temática são: “13- Políticas / Regulamentação”, “7- Currículo / Pedagogia”, “6- Análise Cultural”, “10- Internacional” e “18- Socialização”. Por outro lado, as categorias menos estudadas são “3- Abuso Infantil”, “15- Raça / Etnia”, “20- Tecnologia”, “8- Gênero” e “9- História”.

A fim de investigar mais a questão apresentada no final do item 3.1, referente à diminuição da pesquisa com o passar dos anos, dividimos o recorte histórico em dois diferentes períodos: 2000-2009 e 2010-2016, considerando a virada da década e também a queda significativa na quantidade de publicações que se iniciou em 2010. Correlacionamos estes dois períodos com as temáticas elencadas nas categorias do ICHER³⁸, levando em conta os artigos que se repetem nas diferentes categorias e apresentaremos os dados mais à frente. A seguir, apresentamos o aumento ou diminuição da quantidade de publicações em porcentagem, comparando os períodos anunciados anteriormente.

³⁷ É importante destacar que não sabemos ao certo quais os critérios utilizados pelos organizadores do ICHER para classificar estes artigos dentro destas categorias, pois o site não fornece tal informação.

³⁸ Essa análise não leva em conta os artigos originais do WoS, apenas os artigos do ICHER.

Figura 4: Comparativo entre a quantidade de artigos do ICHER por temática, nos períodos de 2000-2009 e 2010-2016



Fonte 6: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

A figura 3 permite destacar que, de forma geral, todas as categorias seguiram um padrão médio de diminuição de 40% de uma década para a outra. De forma mais específica, podemos elencar as seguintes questões: em primeiro lugar, vemos que a única categoria que não seguiu o padrão de diminuição foi a categoria “Motivação”, que teve um surpreendente aumento de 88% no período de 2010-2016. Em segundo lugar, podemos destacar a temática “Abuso Infantil”, que teve uma diminuição de apenas 6% no segundo período (2010-2016) em relação ao primeiro período (2000-2009), mantendo quase igual sua quantidade de artigos de um período para o outro, contudo, vale destacar que essa é a temática com o menor

número de artigos. E por último, destacamos que a categoria “Escola Pública” foi a que teve uma queda mais significativa no comparativo entre os períodos, a saber, 72%.

Além dessa análise, elencamos as cinco principais temáticas de cada um dos dois períodos para evidenciar a possível mudança de interesse nestas quando da publicação dos artigos em língua inglesa sobre *Home Education*.

Tabela 3: Comparação dos temas mais estudados no ICHER em dois períodos (200-2009 e 2010-2016)

	De 2000 a 2009	De 2010 a 2016
1º	13- Políticas / Regulamentação	7- Currículo / Pedagogia
2º	6- Análise Cultural	12- Motivação
3º	7- Currículo / Pedagogia	13- Políticas / Regulamentação
4º	18- Socialização	10- Internacional
5º	10- Internacional	6- Análise Cultural

Fonte 7: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Podemos perceber na tabela que, de forma geral, as temáticas permanecem as mesmas, porém, destacamos: (a) a temática “Políticas / Regulamentação” perdeu a primeira colocação a partir de 2010 e passou a ocupar o terceiro lugar entre as categorias mais publicadas na língua inglesa, revelando que os debates a respeito de legislação e regulamentação já não dominam mais o debate sobre *Home Education* nesse segundo período; (b) uma vez que não ocupa mais a primeira posição no segundo período, a temática “Políticas / Regulamentação” dá lugar à temática “Currículo / Pedagogia”, que passa de terceiro lugar, no primeiro período, para primeiro lugar no segundo período. Isso evidencia que a questão de ser permitido ou não praticar a educação domiciliar deu lugar a questões sobre quais os métodos e/ou quais as teorias pedagógicas que embasam a prática ou seja, não se pergunta mais tanto se pode-se ou não fazer educação domiciliar, mas sim como se vai praticá-la. Esta mudança nas questões que norteiam as pesquisas em língua inglesa evidenciam uma mudança no debate acadêmico sobretudo dos países de

língua inglesa, que neste segundo momento já aceita a prática; (c) a temática “Análise Cultural” cai do segundo lugar no primeiro período para o quinto, no segundo, dando lugar a uma nova temática que não aparecia no ranking das 5 mais pesquisadas no primeiro período. Esta nova temática passa a ocupar o segundo lugar no período de 2010-2016, “Motivação”; (d) por último, percebemos que a temática da “Socialização”, que no primeiro período aparecia em quarto lugar, desaparece do ranking das 5 mais pesquisadas, o que corrobora a afirmação de alguns autores (MCDOWELL, 2004; RAY, 2005; MEDLIN, 2000; BARBOSA, 2013; MEDLIN, 2013) de que a questão já não é mais considerada um grande problema no âmbito internacional. A temática “Internacional” se mantém relativamente estável, passando da quinta para a quarta colocação.

A tabela a seguir compara a classificação geral (2000-2016) com a análise anteriormente feita em dois períodos (2000-2009 e 2010-2016):

Tabela 4: Comparativo entre as 5 categorias temática mais recorrentes no ICHER

	De 2000 a 2009	De 2010 a 2016	De 2000 a 2016 (geral)
1	13- Políticas / Regulamentação	7- Currículo / Pedagogia	13- Políticas / Regulamentação
2	6- Análise Cultural	12- Motivação	7- Currículo / Pedagogia
3	7- Currículo / Pedagogia	13- Políticas / Regulamentação	6- Análise Cultural
4	18- Socialização	10- Internacional	10- Internacional
5	10- Internacional	6- Análise Cultural	18- Socialização

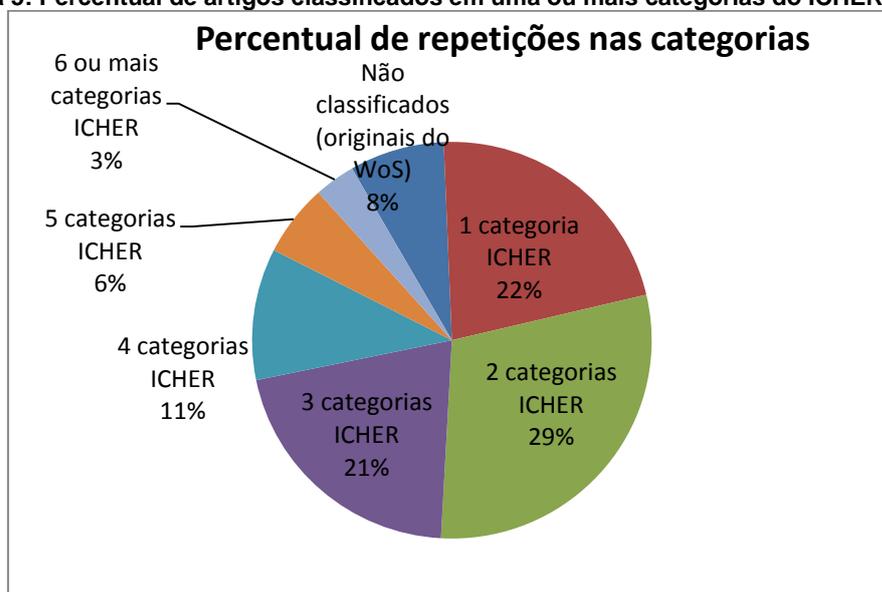
Fonte 8: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Essa última tabela comparativa mostra algumas questões interessantes: considerando o período total (2000 a 2016) das publicações do ICHER, percebemos que o assunto mais estudado foi “Políticas / Regulamentação”, sendo “Currículo / Pedagogia” o segundo lugar e “Análise Cultural” o terceiro. A categoria “Motivação”

não aparece entre os mais estudados e a “Internacional” mantém a quarta colocação. No quinto lugar, temos a temática da “Socialização”. Isso significa que mesmo que a temática “Motivação” tenha se destacado no período de 2010-2016, a quantidade de pesquisas sobre essa temática ainda não corresponde à quantidade de publicações referentes aos temas que estiveram presentes em discussões mais antigas, como regulamentação ou socialização.

A seguir, temos as análises das repetições nas categorias, o que significa que alguns artigos foram inseridos em mais de uma categoria do ICHER, como anunciado anteriormente. Primeiramente observaremos um gráfico que mostra a porcentagem de artigos por quantidade de repetições. É importante ressaltar que os artigos que não estão em nenhuma categoria são os originais do WoS e que não apareceram nas categorizações do ICHER. Como a definição das categorias, nem como a categorização dos artigos não foram feitas a nosso critério, mas sim de acordo com os criadores do *International Center of Home Education Research*, decidiu-se por não incluir os artigos originais do WoS nas mesmas categorias do ICHER, uma vez que a disparidade de critérios poderia comprometer os dados da pesquisa. Assim, estes artigos que não foram incluídos nas análises de categoria foram analisados de acordo com as palavras-chave e os resultados dessa análise serão apresentados posteriormente.

Figura 5: Percentual de artigos classificados em uma ou mais categorias do ICHER



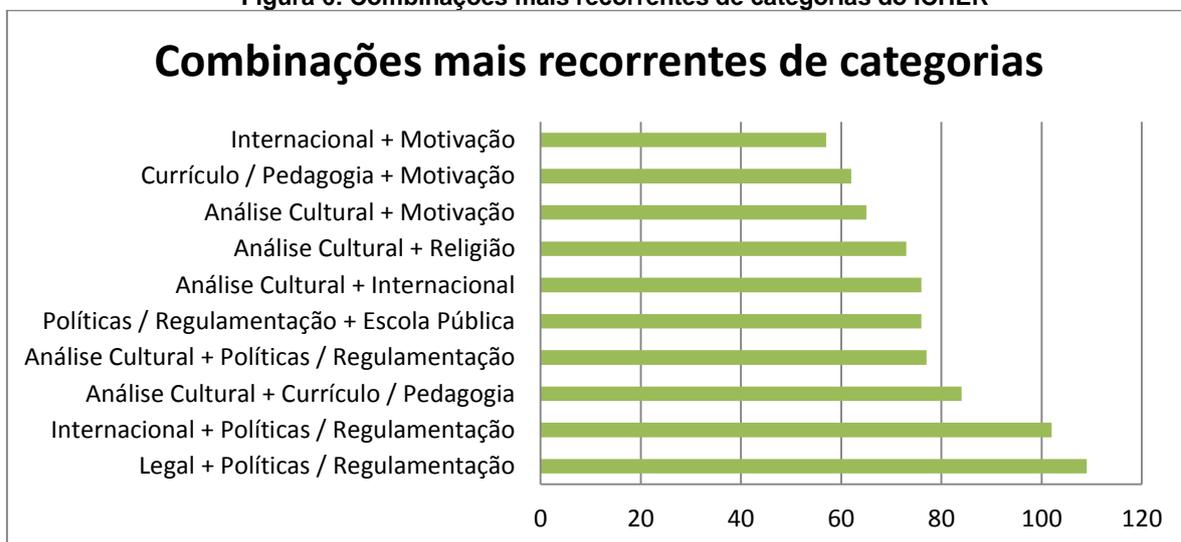
Fonte 9: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER e WoS

Esse gráfico nos mostra que apenas 22% dos artigos que foram categorizados pelo ICHER pertencem apenas a uma categoria, enquanto os demais foram classificados em duas ou mais categorias, sendo que o limite máximo de categorias para um mesmo artigo foram 18. Há, evidentemente, uma problemática em classificar um mesmo artigo como participante de muitas categorias, pois isso compromete a especificidade das categorias. Porém como as repetições em larga escala acontecem em duas, três ou quatro categorias, optou-se por manter essa análise. Faremos algumas ressalvas aos artigos que aparecem em seis ou mais categorias no item 3.2.4, que tratará dos autores que mais publicam sobre *Home Education*. Por enquanto, é importante entender que essa problemática deu origem a uma análise mais aprofundada, a saber, da correlação entre as categorias.

Para fazer essa análise, foram criados binômios que representavam as diferentes combinações entre cada repetição (ex.: se um artigo estava em 3 categorias, sendo elas 3, 7 e 15, foram formados os binômios 3-7, 3-15 e 7-15).

Assim, foi produzido o seguinte gráfico que evidencia estas relações, a partir dos binômios criados:

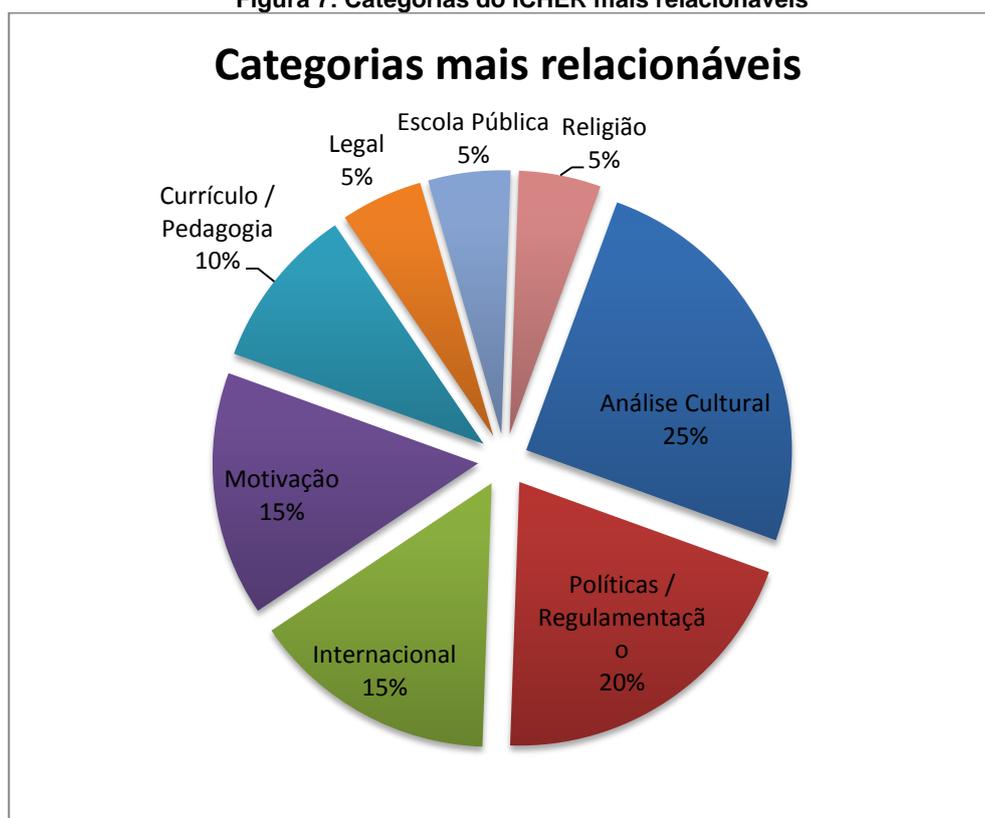
Figura 6: Combinações mais recorrentes de categorias do ICHER



Fonte 10: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

A Figura 6 nos mostra que as combinações mais recorrentes entre categorias foram: “Legal” + “Políticas/Regulamentação”, “Internacional” + “Políticas/Regulamentação” e “Análise Cultural” + “Currículo/Pedagogia”, o que já era previsto, uma vez que as categorias “Políticas/Regulamentação”, “Currículo/Pedagogia”, “Internacional” e “Análise Cultural” são as mais numerosas como apresentamos no item 3.2. Por outro lado, outras combinações interessantes aparecem na lista mostrando que algumas categorias se relacionam com outras com maior frequência, para identificar quais são essas categorias que mais se relacionam com outras, foi elaborado o gráfico a seguir.

Figura 7: Categorias do ICHER mais relacionáveis



Fonte 11: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Como fica evidente, portanto, a categoria “Análise Cultural” é mais relacionável do que a categoria “Políticas/Regulamentação”, mesmo sendo esta mais numerosa do que aquela em termos absolutos, como demonstrado no item 3.2. Isso significa que quando um artigo está classificado na categoria “Análise Cultural” é mais provável que ele esteja também em outras. Observando a Figura 6 podemos elencar as categorias que mais se relacionam com “Análise Cultural”, são elas: “Currículo/Pedagogia”, “Políticas/Regulamentação”, “Internacional”, “Religião” e “Motivação”. Outro dado interessante é que a categoria “Motivação”, que em números absolutos não está entre as mais numerosas, aparece entre as mais relacionáveis, estando relacionada na Figura 6 com as categorias: “Análise Cultural”, “Currículo/Pedagogia” e “Internacional”.

3.4 ANÁLISE POR PALAVRAS-CHAVE DO *WEB OF SCIENCE*

Uma vez que os artigos originais do *Web of Science* não foram classificados nas categorias do ICHER, como afirmamos anteriormente, buscamos analisá-los de outra maneira, a saber, pelas palavras-chave. Porém houve certa dificuldade já que dos 93 artigos exclusivos do WoS (ou seja, os que não constam no banco de dados ICHER), apenas 22 possuíam palavras-chave. Assim, é importante frisar que essa análise não necessariamente representa a totalidade dos artigos do WoS, já que leva em conta pouco mais de 20% destes. Foram encontradas 113 palavras-chave, porém no gráfico a seguir apresentam-se aquelas que aparecem duas ou mais vezes:

Figura 8: Palavras-chave mais utilizadas no WoS



Fonte 12: Elaboração própria, com base nos dados coletados no WoS

Embora não tenha um caráter necessariamente representativo devido à quantidade escassa de informações, esse gráfico nos mostra algumas palavras inusitadas: “*Self-determined Learning*” (Aprendizagem autodeterminada³⁹) e “*Distance Learning*” (Educação a distância ou EAD⁴⁰). Esse dado é interessante, pois serve como indício, por exemplo, de que realmente a *Home Education* tem sido

³⁹ Tradução nossa.

⁴⁰ Tradução nossa.

associada à EAD, como afirmam alguns autores ao apontarem para o caráter híbrido que essa modalidade tem tomado nos últimos anos (GAITHER, 2009).

3.5 AUTORES QUE MAIS PUBLICAM SOBRE *HOME EDUCATION*

Outra análise que se revelou importante foi identificar quais os autores que mais publicaram artigos em língua inglesa sobre *Home Education* dentro do recorte histórico deste trabalho. Essa análise foi feita levando em conta tanto artigos do ICHER quanto do WoS. A seguir, uma tabela apresenta os nomes dos autores com mais de quatro publicações sobre o tema, em ordem decrescente.

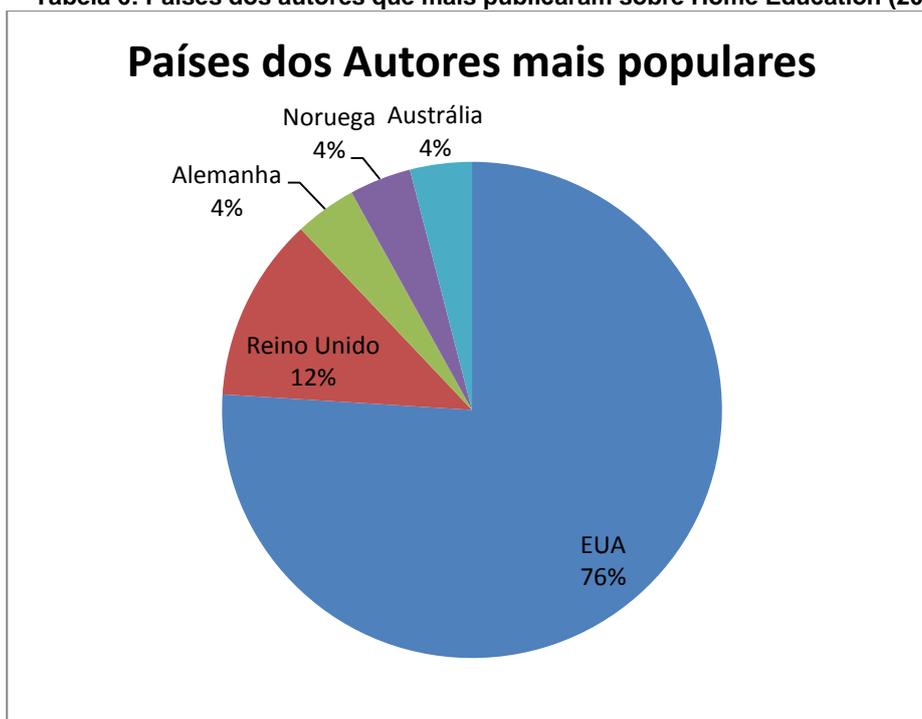
Tabela 5: Autores que mais publicaram na língua inglesa sobre Home Education entre 2000-2016

	Autor	Quantidade de Publicações
1º	Brian D. Ray	21
2º	Robert Kunzman	12
3º	Paula Rothermel	11
4º	Michael W. Apple	10
5º	Mary Ann Zehr	9
	Christian W. Beck	9
	Dennis J. Willard & Doug Oplinger	9
6º	Glenda Mary Jackson	7
	Michael H. Romanowski	7
7º	Clive R. Belfield	6
	Rob Reich	6
8º	John Taylor Gatto	5
	Christopher J. Klicka	5
	Jennifer Lois	5
	Susan A. McDowell	5
	Thomas Spiegler	5
9º	Milton Gaither	4
	Charles L. Howell	4
	Eric John Isenberg	4
	Patricia M. Lines	4
	Isabel Lyman	4
	Ama Mazama & Garvey Lundy	4
	Richard G. Medlin	4
	Daniel Monk	4
Leslie Safran	4	

Fonte 13: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER e WoS

Associado aos nomes foi identificado qual o país de cada um destes pesquisadores, uma vez que o contexto no qual estão inseridos pode ser um fator decisivo para a escolha da temática e o desenvolvimento das pesquisas sobre *Home Education*. A seguir, um gráfico apresenta os resultados obtidos:

Tabela 6: Países dos autores que mais publicaram sobre Home Education (200-2016)



Fonte 14: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER e WoS

Como já esperado, os Estados Unidos se revelou o país com maior número de pesquisadores de *Home Education*. Isso porque o contexto norte americano foi, como vimos no capítulo 2, o berço do renascimento da educação domiciliar como conhecemos hoje. O país já produz pesquisa sobre o tema há mais de quarenta anos e a prática já é regulamentada em todos os cinquenta estados desde a década de 1990, o que significa que muitas crianças *homeschoolers* já cresceram e se tornaram adultos. Isso possibilita uma enorme gama de pesquisas, algumas tendo os *ex-homeschoolers* como objeto de estudo e outras produzidas por eles mesmos.

Tais fatores permitem explicar o percentual de 76% de autores norte-americanos, dentre os 25 que mais publicam trabalhos sobre *Home Education* em língua inglesa.

O segundo país que aparece representado pelos autores que publicam sobre o tema é o Reino Unido, com 12%. Segundo a *Home Schooling Legal Defense Association* (HSLDA) ⁴¹ a *Home Education* é permitida no país desde 1996, quando foi regulamentada pelo *Education Act*⁴². Observando o tempo desde que a prática foi regulamentada no país, também é compreensível que haja um número considerável de autores publicando.

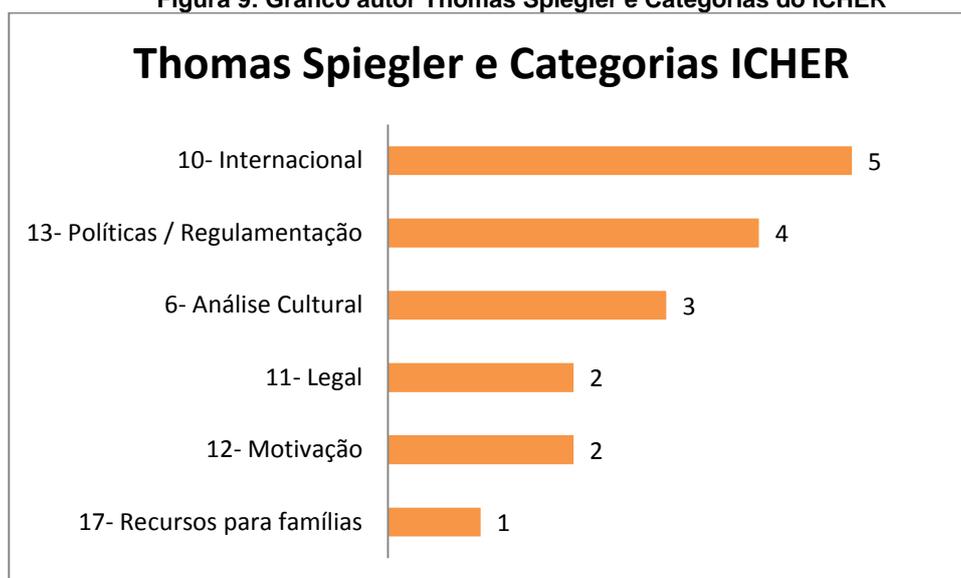
Dado surpreendente foi encontrar nessa lista a Alemanha, país onde a educação domiciliar é terminantemente proibida e já foi motivo de várias penalidades⁴³ incluindo ameaça de prisão caso uma das famílias permanecesse no país. O pesquisador alemão, Thomas Spiegler, é do Departamento de Sociologia da Universidade de Marburgo, renomada universidade alemã que já teve em suas cadeiras Martin Heidegger, Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Ao buscar saber quais as temáticas mais estudadas por ele dentro da *Home Education*, encontramos os dados do gráfico a seguir:

⁴¹ A *Home Schooling Legal Defense Association* é uma associação norte americana fundada em 1983 que tem como objetivo reunir, orientar e auxiliar famílias que praticam Educação Domiciliar, veja o site: <https://www.hsllda.org>. Acesso em: 5 de junho de 2017.

⁴² Veja notícias no site: <https://www.hsllda.org/hs/international/UnitedKingdom/default.asp>. Acesso em: 24 de maio de 2017.

⁴³ Veja notícias no site: <https://www.hsllda.org/hs/international/Germany/default.asp> Acesso em: 24 de maio de 2017.

Figura 9: Gráfico autor Thomas Spiegler e Categorias do ICHER



Fonte 15: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Percebemos, portanto, que os assuntos mais tratados pelo autor são relacionados às questões legais, de políticas, regulamentação e análises culturais. Esse dado parece confirmar, juntamente com outros que serão apresentados sobre a pesquisa em língua portuguesa, que a tendência dos países onde a prática da educação domiciliar ainda não foi regulamentada é justamente produzir pesquisa de uma perspectiva mais política ou jurídica do que propriamente educacional ou pedagógica, como nos países onde a prática já foi regulamentada.

Os outros dois países que apareceram na análise dos autores que mais publicaram em língua inglesa sobre *Home Education*, Noruega e Austrália, são países que permitem a prática da educação domiciliar em seus territórios, de acordo com a HSLDA⁴⁴, estando em situação semelhante ao que foi apresentado anteriormente a respeito do Reino Unido.

⁴⁴ Veja <https://www.hsllda.org/hs/international/Norway/default.asp> Acesso em: 24 de maio de 2017 e <https://www.hsllda.org/hs/international/Australia/default.asp> Acesso em: 24 de maio de 2017.

Outra análise que nos pareceu pertinente foi estudar mais profundamente a produção dos quatro primeiros autores: Brian D. Ray (EUA), Robert Kunzman (EUA), Paula Rothermel (Reino Unido) e Michael Apple (EUA).

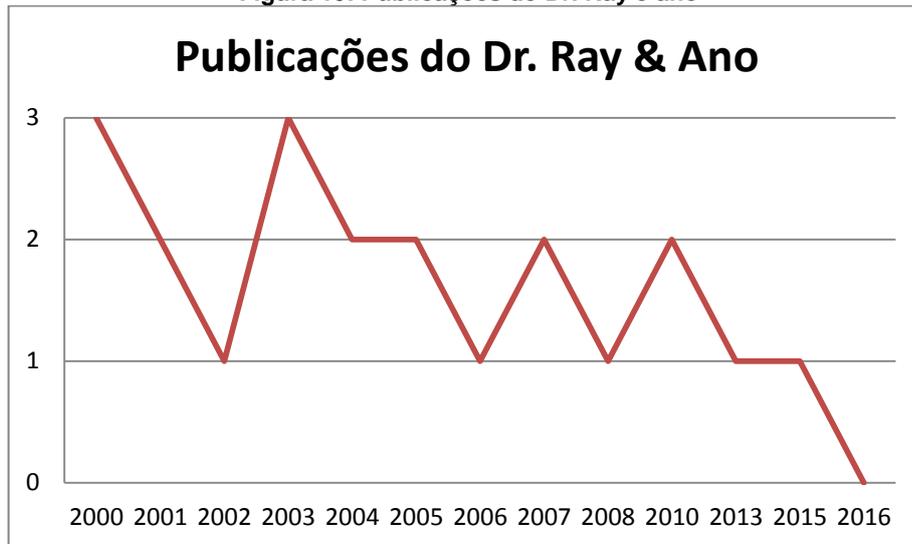
3.5.1 Brian D. Ray

Fundador do *National Home Education Research Institute* (NHERI), Dr. Brian D. Ray é um pesquisador independente e bastante conhecido no contexto norte americano. Segundo o NHERI⁴⁵, ele possui um Ph.D. em educação científica pela Oregon State University, mestrado em zoologia pela Universidade de Ohio e bacharelado em biologia pela Universidade de Puget Sound. Embora tenha sido professor dos mais diversos níveis educacionais, o Dr. Ray se tornou um especialista internacional em homeschool e publica pesquisas sobre o tema há mais de vinte anos. Nos EUA, ele atua como defensor da educação domiciliar e testemunha como perito em tribunais a favor da prática. Ele e sua esposa também educaram seus oito filhos em casa.

Foram encontrados 21 artigos do Dr. Ray, os quais foram analisados em relação aos anos de publicação e às temáticas levantadas pelas categorias ICHER:

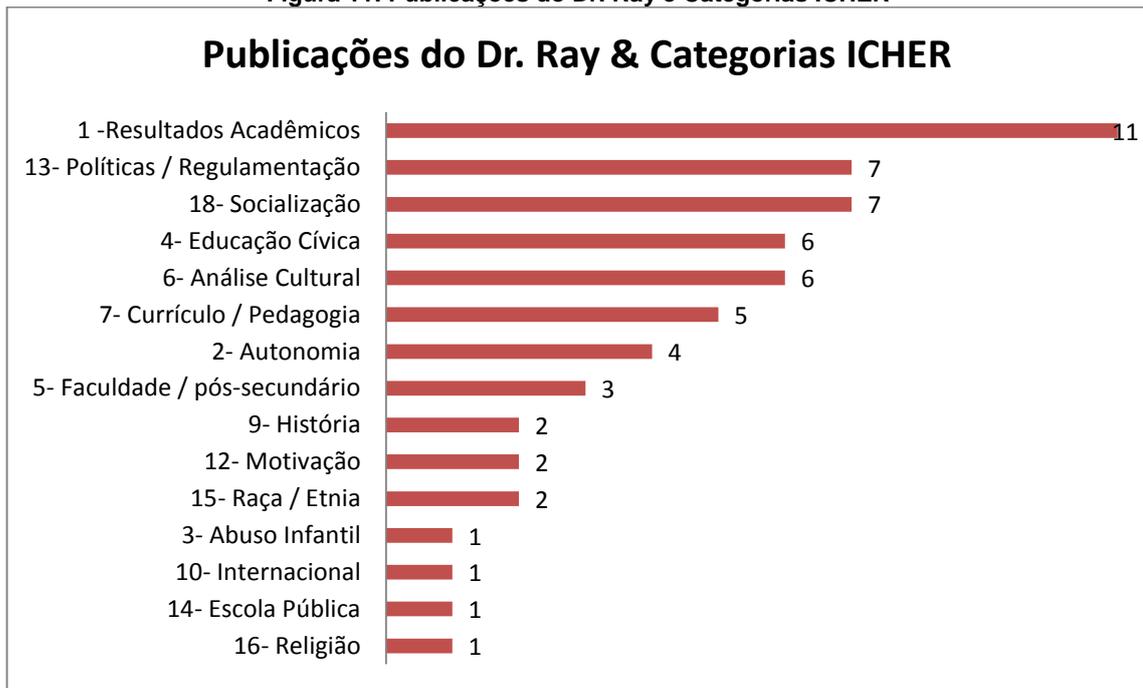
⁴⁵Disponível em: <https://www.nheri.org/about-nheri.html> Acesso em: 24 de maio de 2017.

Figura 10: Publicações do Dr. Ray e ano



Fonte 16: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Figura 11: Publicações do Dr. Ray e Categorias ICHER



Fonte 17: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Podemos destacar na obra do Dr. Ray: (a) uma queda na quantidade de publicações desde 2010; (b) uma variedade de temáticas estudadas, saindo das questões mais relacionadas ao âmbito legal e atingindo outras áreas importantes da pesquisa em *Home Education*, como questões relacionadas ao currículo, metodologias de ensino, ou até mesmo questões culturais; (c) uma quantidade

significativa de artigos relacionados a resultados acadêmicos, que pode estar relacionada ao seu papel público de defensor da prática nos EUA.

3.5.2 Robert Kunzman

Professor de Estudos do Currículo e Filosofia da Educação na Faculdade de Educação da Universidade de Indiana⁴⁶, o Dr. Kunzman estuda *Home Education* há mais de dez anos⁴⁷ e é um dos diretores do banco de dados do ICHER, que foi utilizado como fonte para a presente pesquisa. Ele é autor do livro “*Write These Laws on Your Children: Inside the World of Conservative Christian Homeschooling*”, o qual busca compreender melhor o universo dos cristãos conservadores que praticam o *Homeschooling* nos EUA.

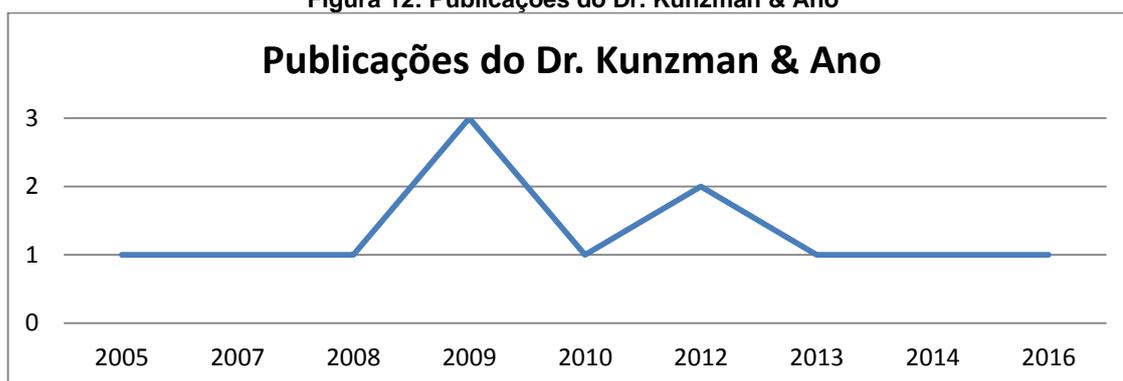
Em seu blog, o Dr. Kunzman afirma que embora não tenha sido educado em casa e nem eduque seus filhos em casa, considera o *Homeschooling* uma prática educacional legítima, e afirma a necessidade de produção acadêmica menos partidária a respeito do tema, já que muitas das pesquisas produzidas são financiadas pelas organizações que militam a favor da prática.

Foram encontrados 12 artigos de autoria do Dr. Kunzman. A seguir, temos as análises de ano e categorias:

⁴⁶ Veja <http://profile.educ.indiana.edu/Default.aspx?alias=profile.educ.indiana.edu/rkunzman> Acesso em: 24 de maio de 2017.

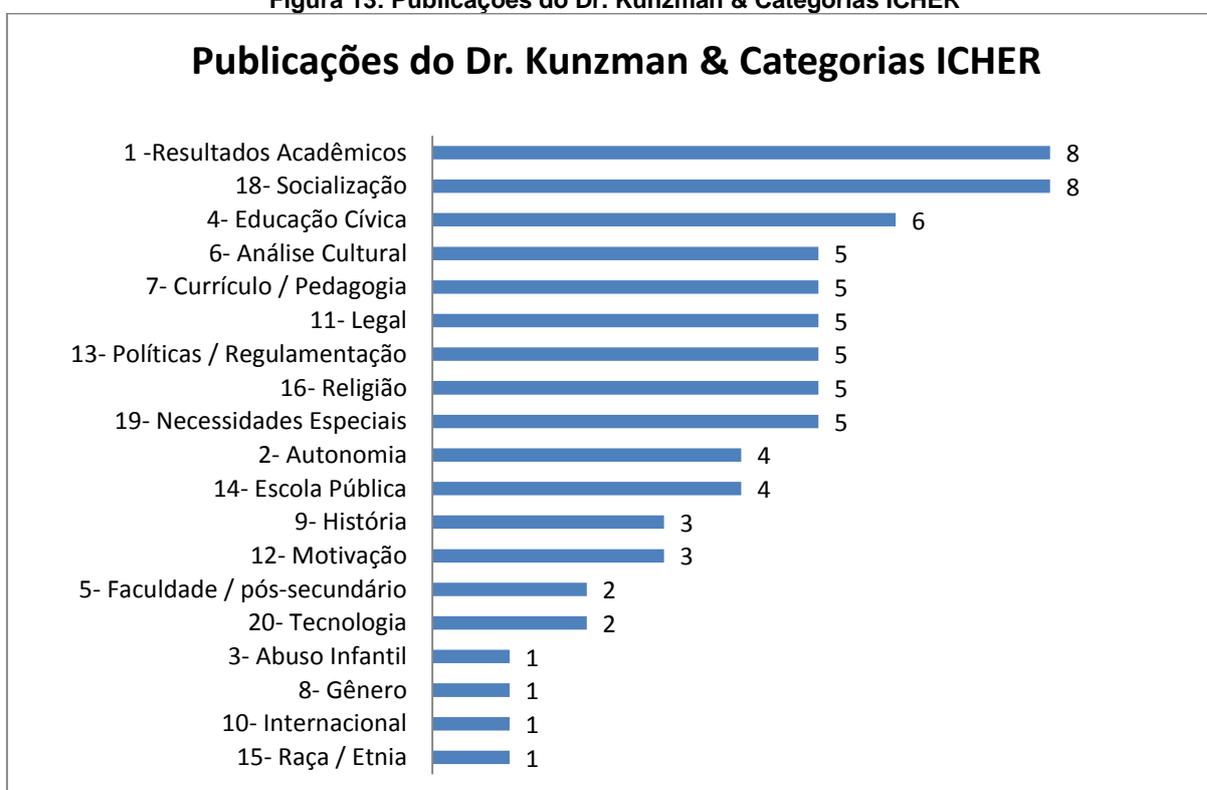
⁴⁷ Veja <http://www.indiana.edu/~homeeduc/> Acesso em: 24 de maio de 2017.

Figura 12: Publicações do Dr. Kunzman & Ano



Fonte 18: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Figura 13: Publicações do Dr. Kunzman & Categorias ICHER



Fonte 19: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

O Dr. Kunzman parece publicar com certa constância um artigo por ano nos últimos dez anos, com exceção de 2009 e 2012, quando publicou, respectivamente, 3 e 2 artigos. Além disso, aparece como um dos únicos autores que escreveram sobre todos os 20 temas indicados nas categorias ICHER, o que nos levanta questionamentos uma vez que, como diretor do Centro, provavelmente teve

participação direta em tal categorização. Assim, reconhecendo a parcialidade desse dado, de trabalhos classificados em muitas categorias, destacam-se duas categorias em sua pesquisa: “Resultados Acadêmicos” e “Socialização”, que são de fato, alguns dos temas que mais buscam discutir as implicações da *Home Education* para quem as pratica.

3.5.3 Paula Rothermel

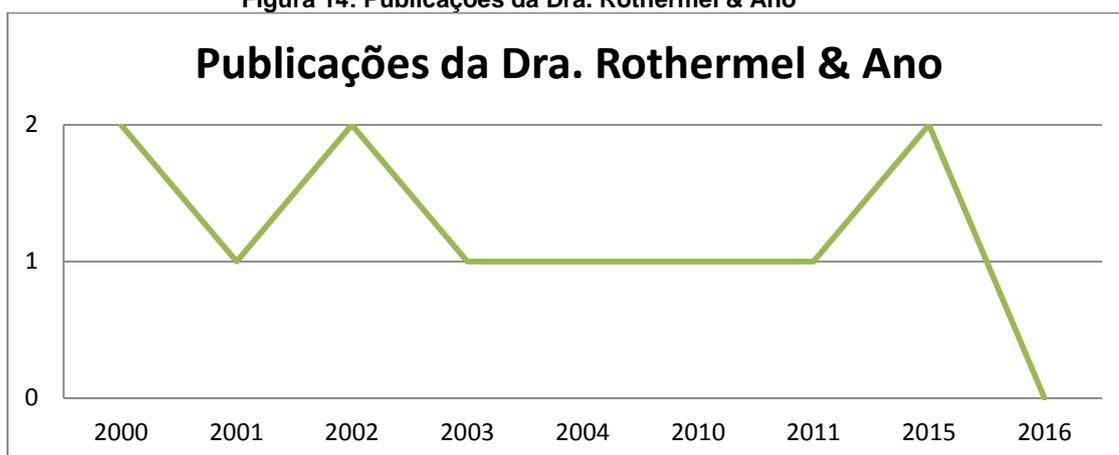
Paula Rothermel é organizadora de um recente livro sobre *Home Education*, que reúne capítulos de diversos autores analisando diferentes perspectivas da temática, “*International Perspectives on Home Education – Do We Still Need Schools?*” (Perspectivas Internacionais sobre Educação Domiciliar – Ainda precisamos de escolas?⁴⁸). A Dra. Paula Rothermel é a única mulher e também única britânica que aparece entre os 4 autores que mais publicam sobre *Home Education*. Ela é uma psicóloga especialista em Educação Domiciliar, que trabalha dentro dessa área com os seguintes enfoques⁴⁹: intervenções e acompanhamento de autistas; TDAH e comportamento antissocial; suporte educacional e forense; apoio para testes em letramento e letramento numérico; dificuldades emocionais e comportamentais; entre outros.

A seguir, temos as análises da obra da Dra. Rothermel, de acordo com anos de publicação e posteriormente, com as categorias ICHER.

⁴⁸ Tradução nossa.

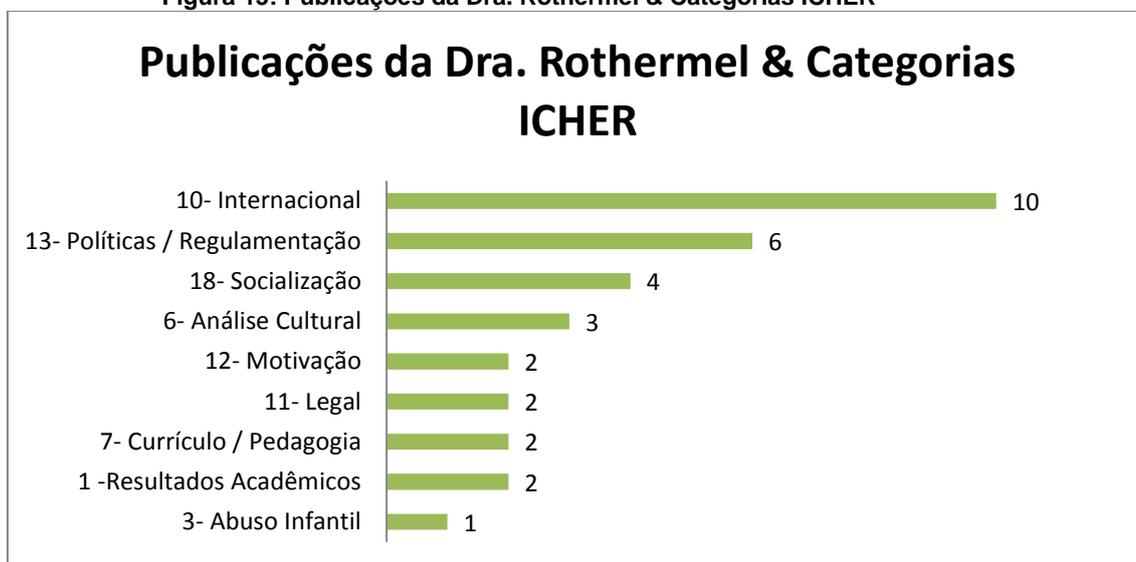
⁴⁹ Dados retirados da *Association of Child Psychologists in Private Practice*, veja site: <http://www.achipp.org.uk/directory/psychologist/237> Acesso em: 24 de maio de 2017.

Figura 14: Publicações da Dra. Rothermel & Ano



Fonte 20: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Figura 15: Publicações da Dra. Rothermel & Categorias ICHER



Fonte 21: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Os dados encontrados a respeito da Dra. Rothermel revelam que: (a) ela tem publicado em média um artigo por ano, desde 2000, com exceção dos anos de 2000, 2002 e 2015, quando publicou 2 artigos e do ano de 2016, que não publicou nenhum artigo; (b) embora a categoria “Internacional” seja a principal, podemos destacar que os assuntos de políticas, regulamentação, socialização e análise cultural são bastante abordados por ela, seguindo a tendência geral de frequência nas categorias apresentadas no item 3.3.2. Isso significa que ela escreve sobre os

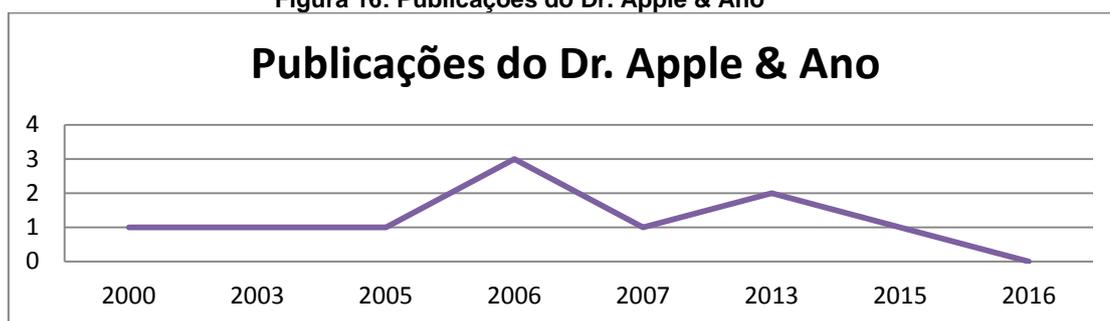
temas que são mais populares na *Home Education* ao redor do mundo; (c) diferente dos dois primeiros autores apresentados anteriormente, a Dra. Rothermel não tem como enfoque os resultados acadêmicos, que aparece como um dos assuntos menos estudados por ela, com apenas 2 artigos.

3.5.4 Michael Apple

O Dr. Michael Apple, considerado um dos pesquisadores mais importantes da Educação no século XX⁵⁰, tem como áreas de especialidade: educação e poder; teorias do currículo e políticas educacionais. Professor de Currículo e Políticas Educacionais da Universidade de Wisconsin, nos EUA, ele é o autor de vários livros aclamados na área da educação, como “Ideologia e Currículo” e “Educação e Poder”. Suas publicações acerca de *Home Education* estão relacionadas com suas áreas de pesquisa, como veremos a seguir:

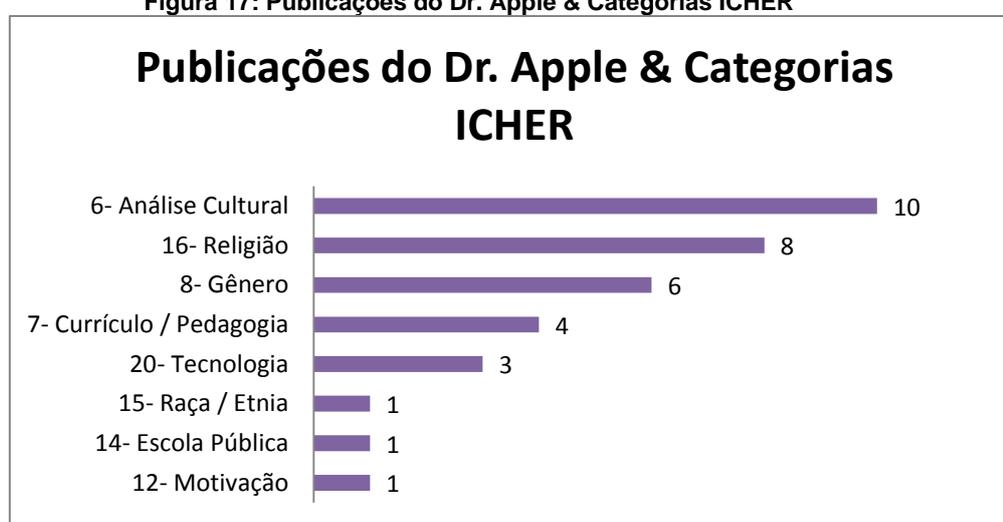
⁵⁰ De acordo com o *National Education Policy Center*, veja o site: <http://nepc.colorado.edu/author/apple-michael-w> Acesso em: 24 de maio de 2017.

Figura 16: Publicações do Dr. Apple & Ano



Fonte 22: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Figura 17: Publicações do Dr. Apple & Categorias ICHER



Fonte 23: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER

Podemos destacar o seguinte na obra do Dr. Apple: (a) embora tenha tido um período de grande interesse no tema da *Home Education*, a saber, os anos de 2006 e 2013, podemos observar que desde então a quantidade de publicações na área tem decrescido progressivamente, até chegar a zero, no ano de 2016, o que pode significar que o Dr. Apple não mais tem se dedicado por pesquisas sobre o tema recentemente; (b) em relação aos temas de sua pesquisa, podemos perceber que os mais recorrentes são: análise cultural, religião e gênero, o que revela uma perspectiva mais sociológica a respeito da *Home Education*, com temas que se relacionam às questões de suas áreas de especialidade na educação: poder e ideologias; (c) é interessante destacar também que a categoria “Resultados

Acadêmicos” nem mesmo aparece no gráfico, mostrando o caráter diferenciado desse autor em relação a temas que são menos estudados, como gênero, tecnologia, raça / etnia e escola pública.

3.6 VEÍCULOS QUE MAIS PUBLICAM SOBRE *HOME EDUCATION*

Por fim, levando em conta apenas as publicações em língua inglesa, outra análise que se revelou pertinente realizar, foi um estudo mais aprofundado de quais veículos de informação, ou seja, em quais jornais ou revistas os autores estavam publicando com mais frequência os artigos sobre *Home Education*. A seguir, a tabela com os nomes dos periódicos em língua inglesa que mais publicaram sobre o tema entre 2000 e 2016.

Tabela 7: Periódicos em língua inglesa que mais publicaram sobre *Home Education*

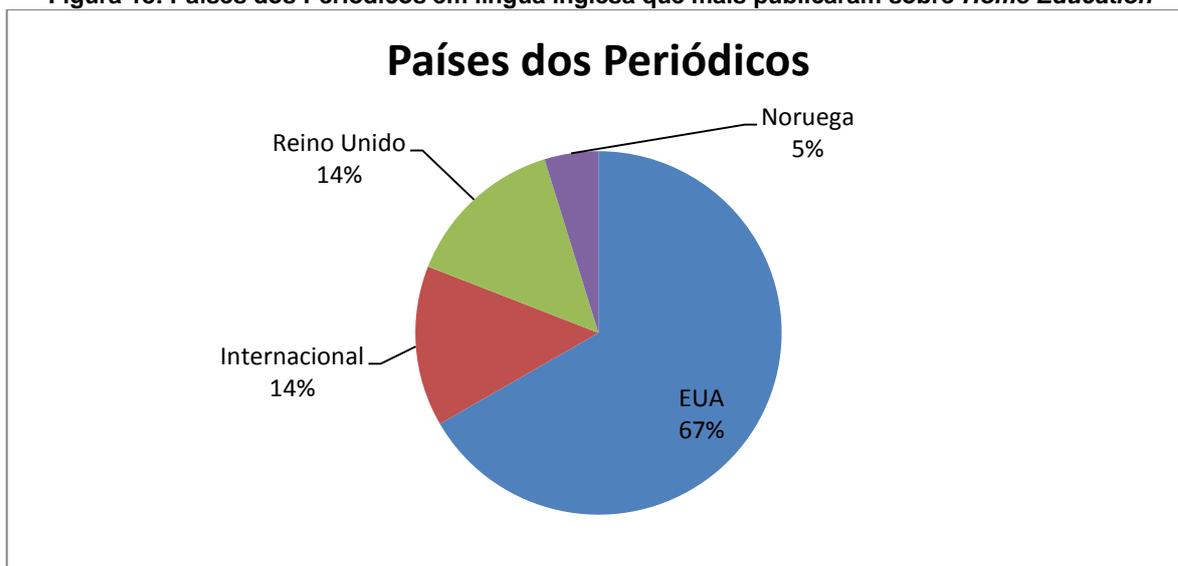
	NOME DO VEÍCULO	Quantidade de Publicações
1º	Home School Researcher	44
2º	Peabody Journal of Education	28
3º	Education Week	18
4º	Evaluation & Research in Education	11
	Journal of School Choice	11
5º	Journal of Unschooling and Alternative Learning	10
6º	Other Education: The Journal of Educational Alternatives	9
	Oxford Review of Education	9
7º	Akron Beacon Journal	8
	International Electronic Journal of Elementary Education	8
	National Center for the Study of Privatization in Education	8
	Public Libraries	8
8º	Theory and Research in Education	8
	Education and Urban Society	7
9º	Library Journal	7
	New York Times	6
10º	Brigham Young University Education & Law Journal	5
	Educational Theory	5
	Journal of Law and Education	5

The Times Educational Supplement	5
Wall Street Journal	5

Fonte 24: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER e WoS

Também optou-se por analisar quais seriam os países de cada um destes periódicos, para comparar com os países de origem dos autores que mais publicaram, apresentados no item anterior:

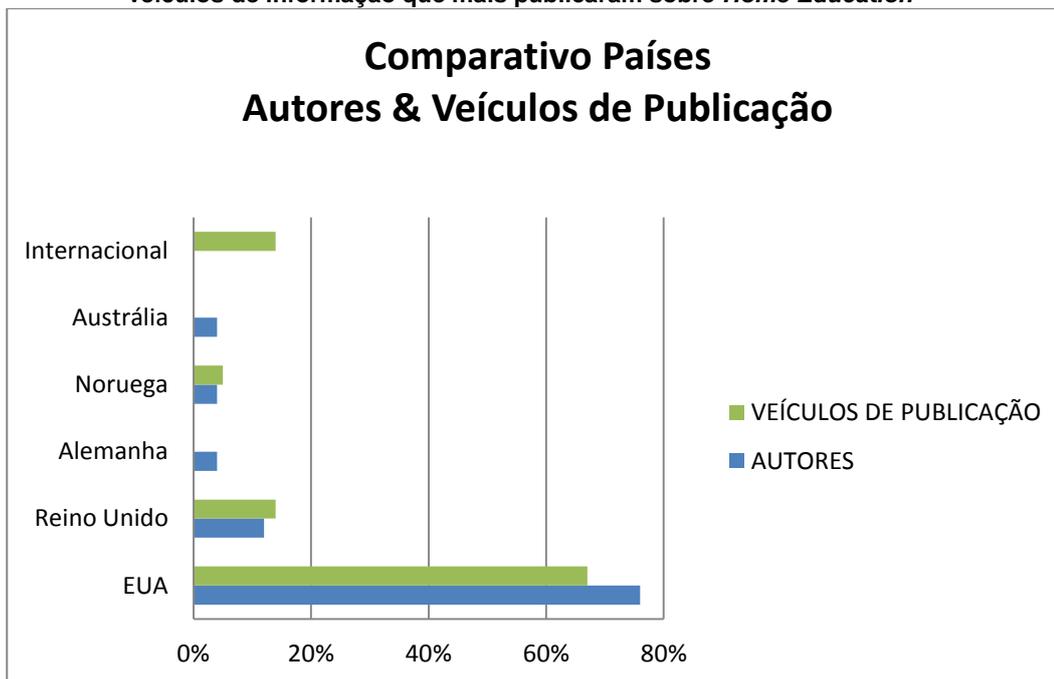
Figura 18: Países dos Periódicos em língua inglesa que mais publicaram sobre *Home Education*



Fonte 25: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER e WoS

A partir dessa informação foi possível oferecer também um gráfico comparativo entre os países dos autores que mais publicaram sobre *Home Education* e os países dos veículos de publicação de tais artigos, que apresentaremos a seguir:

Figura 19: Comparativo entre os países dos autores e veículos de informação que mais publicaram sobre *Home Education*



Fonte 26: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER e WoS

Como esperado, os Estados Unidos representam a grande maioria, com 67% dos veículos de publicação. Em segundo lugar, encontramos algumas publicações consideradas internacionais, por reunirem pesquisadores de vários países como organizadores e editores. Em igual número, temos as publicações com origem no Reino Unido, o que também já era esperado, uma vez que a quantidade de autores do Reino Unido também ocupa a segunda colocação na classificação dos autores. Por último, temos a Noruega, país que também havia aparecido na última colocação dentro da classificação dos autores.

4. ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA NACIONAL

Após a apresentação da bibliografia internacional, em língua inglesa, sobre a temática da Home Education, este capítulo tem como objetivo analisar a produção nacional derivada de pesquisas acadêmicas sobre o tema. Como anunciado na introdução, foram utilizados como banco de dados para pesquisa da bibliografia nacional o *Scielo* e o Banco de Teses da CAPES. Escolhemos estes dois por entender que eles representam de forma significativa a produção acadêmica a nível nacional.

De forma mais específica, a pesquisa na língua portuguesa deu-se da seguinte maneira: no site *Scielo*, consideramos apenas artigos em português do Brasil, utilizando as seguintes palavras-chave: *Homeschoo*;, *Homeschooling*; *Home Education*; *Unschooling*; *Educação Domiciliar*; *Educação em Casa*; *Educação no Lar*; *Desescolarização*; porém, a estas pesquisas só foram encontrados dois artigos pertinentes ao tema. Pela falta de trabalhos encontrados, optou-se por expandir a busca utilizando outras palavras chaves que pudessem estar relacionadas às anteriores. Assim, foi realizada nova pesquisa utilizando as palavras: *Escolarização*; *Escola Obrigatória*; *Educação e Direitos Humanos*; *Educação à Distância*;; *Educação no século XIX e Pais Educadores*. Contudo mesmo ampliando a busca, não foram encontrados artigos referentes à temática da pesquisa, mas somente publicações que fugiam ao escopo inicialmente delimitado, o que foi considerado dado importante, pois a ausência de artigos sobre Educação Domiciliar no Brasil denuncia a ausência de pesquisas acadêmicas acerca do tema no país.

Posteriormente, passou-se à pesquisa no banco de teses da CAPES, cujo site estava passando por uma reestruturação e por isso só possibilitava um campo de preenchimento para pesquisa (e não uma pesquisa avançada). Assim, na maioria

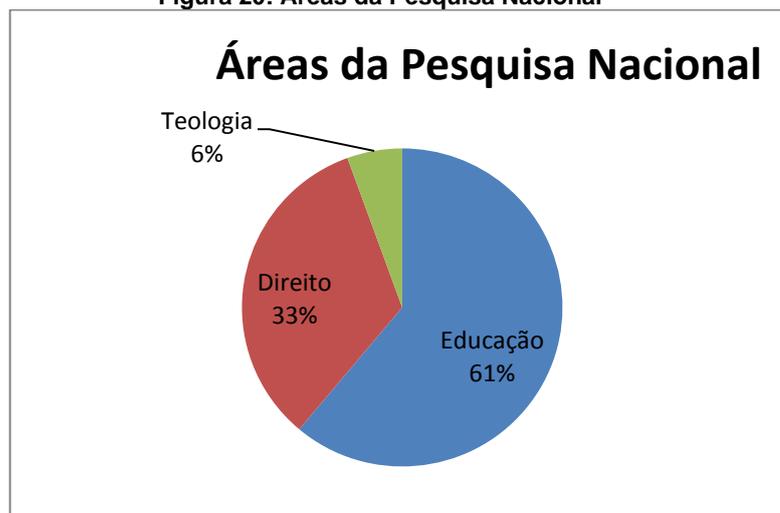
das buscas não pudemos realizar a pesquisa com mais de uma palavra, pois os resultados aumentavam exponencialmente em quantidade, chegando a centenas de milhares e até milhões, problemática que certamente influenciou os resultados finais. Optou-se, portanto, por utilizar as seguintes palavras-chave: *Homeschool*; *Homeschooling*; *Home Education*; *Unschooling*; *Desescolarização*; *Casa*; *Lar* e *Domiciliar* (utilizando para estas três últimas o filtro de assunto “Educação”). Os resultados eram analisados individualmente e os resumos lidos, buscando encontrar aqueles que fossem pertinentes ao tema da pesquisa. A principal dificuldade foi referente às teses que falavam sobre pedagogia libertária e anarquismo. Decidimos selecionar apenas aquelas que se referiam diretamente ao tema desescolarização ou que citavam Ivan Illich no resumo, descartando as demais por serem muito abrangentes e acabarem fugindo ao tema da pesquisa.

As teses encontradas no banco de teses da CAPES somaram dezesseis no total e foram catalogadas em uma tabela juntamente com os dois artigos encontrados no Scielo, totalizando assim 18 publicações em língua portuguesa. A seguir, serão analisados alguns aspectos destas publicações.

4.1 ÁREA DA PESQUISA

Uma primeira análise realizada foi a identificação das áreas do conhecimento em que cada uma das publicações estava enquadrada, levando em consideração a área de pesquisa dos autores:

Figura 20: Áreas da Pesquisa Nacional



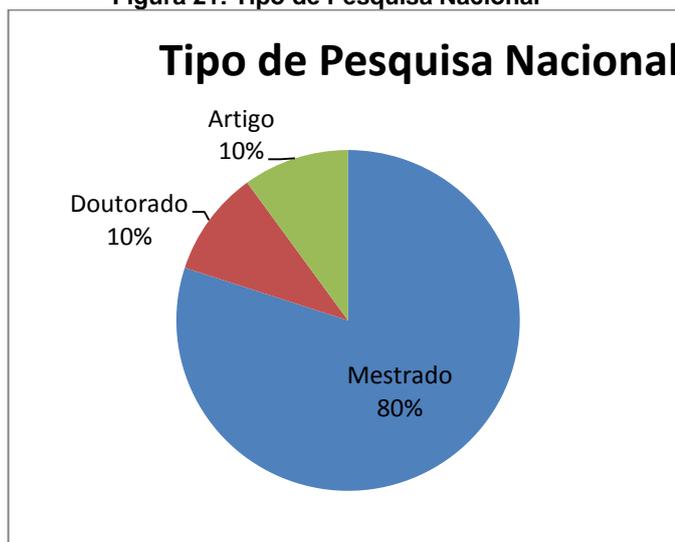
Fonte 27: Elaboração própria, com base nos dados coletados no Scielo e Banco de teses da CAPES

O gráfico revela dois dados relevantes: (a) embora a área de educação seja a área do conhecimento que mais dá origem às publicações acerca da Educação Domiciliar, o Direito se destaca também com cerca de um terço das publicações, o que indica que o debate sobre o tema no Brasil ainda está fortemente relacionado com questões legais e jurídicas, tendência nos países onde a prática ainda não foi regulamentada; (b) a área da Teologia, embora tímida, aparece na lista das áreas que produzem sobre o tema, o que pode indicar uma relação entre a religião e a prática no Brasil.

4.2 TIPO DE PUBLICAÇÃO

Dividimos também as publicações em tipos (artigos, no caso das publicações retiradas do *Scielo* ou teses no caso da CAPES), para compreender qual o nível de aprofundamento que o tema tem tido no contexto brasileiro:

Figura 21: Tipo de Pesquisa Nacional



Fonte 28: Elaboração própria, com base nos dados coletados no Scielo e Banco de teses da CAPES

Podemos perceber que a maioria das publicações são dissertações de mestrado, o que significa que o tema ainda é novo e pouco estudado enquanto pesquisa acadêmica no Brasil, sendo apenas 10% dessas produções teses de doutorado (2) e 10% de artigos (2).

4.3 ANO DE PUBLICAÇÃO

Ao analisarmos os anos e a quantidade de publicações, dentro do período estipulado para esta pesquisa (2000 a 2016), obtivemos o seguinte resultado:

Figura 22: Quantidade de Publicações Nacionais por Ano



Fonte 29: Elaboração própria, com base nos dados coletados no Scielo e Banco de teses da CAPES

Podemos observar através do gráfico que: (a) nos anos analisados, houve um período longo no qual não havia no Brasil publicações acerca do tema (2000-2005); (b) essa realidade começou a mudar em 2006 e podemos acompanhar um aumento progressivo das publicações de 2006-2016, com algumas exceções; (c) o “ápice” das publicações foi o período de 2013-2015 que pode indicar uma possível relação a discussão legal sobre o tema no Brasil, mediante os Projetos de Lei que tramitam atualmente na Câmara. O PL 3.179 é justamente do ano de 2012, que antecede o início do “ápice”, indicando que talvez o interesse pela pesquisa acadêmica em Educação Domiciliar foi gerado pela questão que surgiu no Legislativo em 2012. Esse dado é interessante, pois converge com a questão apontada no item 4.1 de que grande parte das pesquisas está na área do direito: fato que pode ter sido gerado pela condição histórico-política do período de 2012 em diante.

Para aprofundar a análise desse dado, dividiu-se o resultado da pesquisa em dois períodos: 2000-2011 e 2012-2016, comparando com as áreas do conhecimento:

Tabela 8: Áreas da publicação nacional & Ano

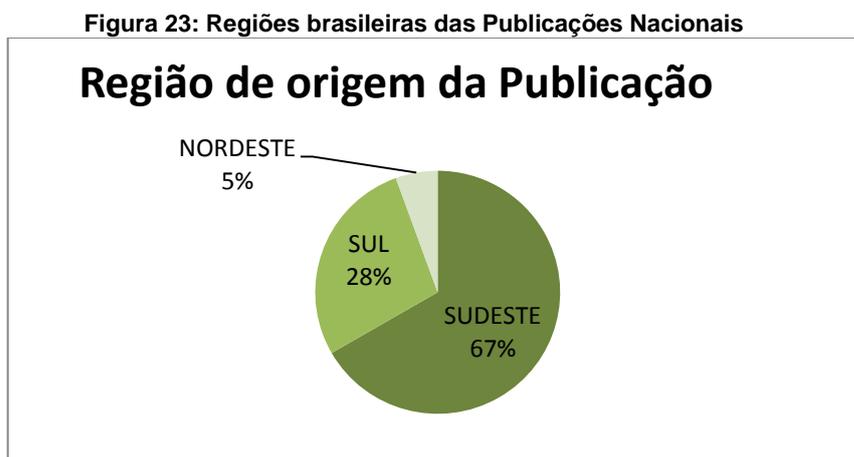
	Publicações de 2000-2011	Publicações de 2012-2016
Educação	5	6
Direito	1	5
Teologia	0	1

Fonte 30: Elaboração própria, com base nos dados coletados no Scielo e Banco de teses da CAPES

Essa tabela evidencia nossa hipótese levantada anteriormente, ou seja, a partir de 2012, ano de surgimento da PL 3.179, que busca regulamentar a Educação Domiciliar no Brasil, houve maior interesse pela temática na área do Direito, com um aumento de 400% na quantidade de publicações. Esse é um aumento expressivo, se comparado com os tímidos 20% que a pesquisa cresceu na área da Educação entre os dois períodos.

4.4 ESTADOS E REGIÕES BRASILEIRAS DE ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES

Pudemos também analisar, a partir das publicações encontradas, quais os estados e regiões brasileiras de origem das mesmas. A seguir, dois gráficos mostram os resultados.



Fonte 31: Elaboração própria, com base nos dados coletados no Scielo e Banco de teses da CAPES



Fonte 32: Elaboração própria, com base nos dados coletados no Scielo e Banco de teses da CAPES

De acordo com os gráficos, a região Sudeste se destaca com São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro nas três primeiras colocações de produções acadêmicas sobre Educação Domiciliar, seguida pela região Sul, com Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A Bahia aparece como única representante da

região nordeste que produziu pesquisa acadêmica sobre a temática no período analisado, enquanto as regiões norte e centro-oeste nem mesmo aparecem na lista.

Esses dados convergem com os números divulgados pela ANED a respeito da quantidade de famílias que praticam Educação Domiciliar no Brasil, pois de acordo com o gráfico apresentado por essa associação⁵¹ os estados em que mais famílias praticam são:

Figura 25: Quantidade de famílias por estados brasileiros que mais praticam Educação Domiciliar

	ESTADO	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS
1º	São Paulo	583
2º	Santa Catarina	336
3º	Bahia	325
4º	Minas Gerais	308
5º	Paraná	209
6º	Rio de Janeiro	187

Fonte 33: Elaboração própria, com base nos dados coletados no site da ANED

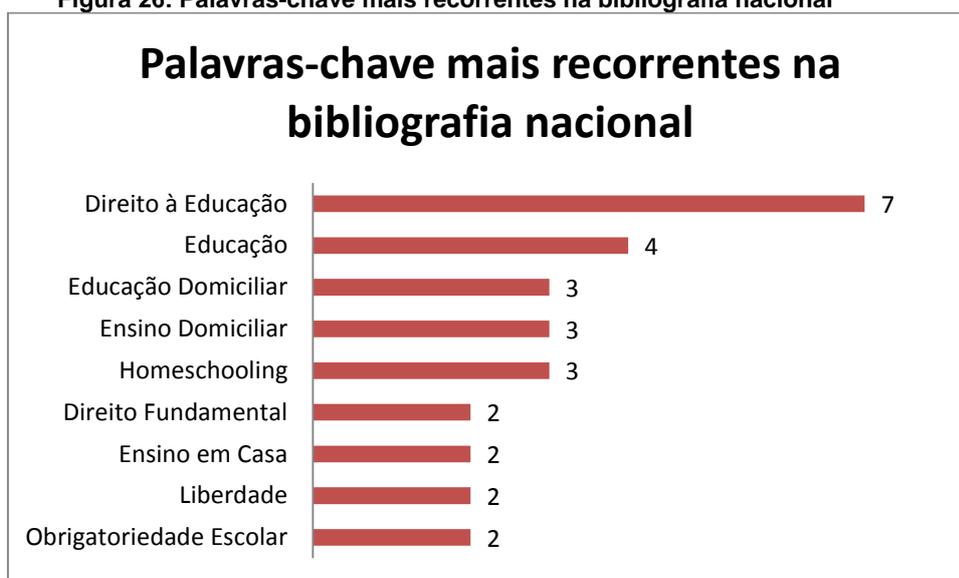
Assim, podemos observar que, de maneira geral (com exceção do Rio Grande do Sul), os estados que possuem mais famílias praticando a Educação Domiciliar são também os estados que mais produzem academicamente sobre o tema, o que faz sentido, já que a pesquisa acadêmica tende a acompanhar as questões da realidade social.

4.5 ANÁLISE DE TEMÁTICA POR PALAVRAS-CHAVE

A última análise realizada em relação à bibliografia nacional foi a partir de um levantamento das palavras-chave dos artigos e teses. Foram encontradas 85 palavras-chave, sendo as mais recorrentes apresentadas no gráfico a seguir:

⁵¹ Veja no item 2.3 deste trabalho.

Figura 26: Palavras-chave mais recorrentes na bibliografia nacional



Fonte 34: Elaboração própria, com base nos dados coletados no Scielo e Banco de teses da CAPES

Tais dados revelam dois fatos interessantes: (a) a palavra-chave mais recorrente foi “Direito à Educação”, o que reforça mais uma vez a relação entre a temática da Educação Domiciliar e a área do Direito no contexto brasileiro; (b) Parece não haver ainda um consenso para qual termo utilizar na língua portuguesa para a tradução do termo *Home Education*, uma vez que não aparece somente “Educação Domiciliar”, mas também “Ensino Domiciliar”, “*Homeschooling*” e “Ensino em Casa”; (c) a discussão a respeito da Educação Domiciliar aparece também ligada aos conceitos de “Liberdade” e “Obrigatoriedade Escolar”, sugerindo uma relação que leva às discussões a respeito de Desescolarização.

Concluimos, portanto, que a pesquisa acadêmica no Brasil a respeito da Educação Domiciliar ainda é escassa, concentrando-se nas regiões sudeste e sul. Destaca-se, dessa forma, a necessidade de uma ampliação acerca do tema no meio acadêmico, incluindo a diversificação das temáticas de pesquisa, que têm se concentrado mais nas áreas do Direito e de debates acerca da regulamentação da prática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste trabalho, é importante resgatar as questões inicialmente levantadas para verificar a quais conclusões nossas análises nos levaram. Como afirmado anteriormente, pudemos identificar em um evento internacional a variedade e abrangência das pesquisas internacionais, porém uma tímida participação da academia brasileira na temática da Educação Domiciliar. Assim, levantamos as questões: (a) como está a pesquisa acerca da Educação Domiciliar no Brasil e no mundo? (b) Será que podemos afirmar que alguns temas, como a socialização, por exemplo, já foram saturados e não são mais temas tão recorrentes como objeto de pesquisa internacionalmente, como afirmam alguns autores (MCDOWELL, 2004; RAY, 2005; MEDLIN, 2000; BARBOSA, 2013; MEDLIN, 2013)? (c) Podemos identificar tendências semelhantes no percurso da pesquisa internacional e nacional?

Consideramos a primeira pergunta (a) respondida, uma vez que pudemos ter, como resultado da pesquisa bibliográfica, uma visão geral acerca da pesquisa acadêmica e da publicação no Brasil e internacionalmente. Cabe ressaltar que essa pesquisa só analisou artigos em língua inglesa, deixando de considerar, por exemplo, as produções de língua espanhola e de outras possivelmente expressivas na temática de *Home Education*. Entretanto, mediante a comparação entre a quantidade de publicações encontradas na língua inglesa (1210 no total) e na língua portuguesa (18 no total), podemos concluir que a pesquisa em língua portuguesa ainda não atingiu nem 2% da quantidade de pesquisas internacionais sobre a temática. Esse dado revela, como afirmado anteriormente no item 4.2, que a temática da Educação Domiciliar ainda é nova e não tem sido muito abordada enquanto tema de pesquisa pela academia brasileira.

Por outro lado, pudemos identificar que a pesquisa na língua inglesa encontra-se em um estágio avançado, abordando diversas temáticas e investigando a fundo questões mais complexas ampliando as pesquisas relacionadas ao *Home Education*, como gênero, raça/etnia ou até mesmo necessidades especiais.

Em relação à segunda pergunta (b), concluímos que de fato, levando em conta o cenário internacional, o tema da socialização não tem ganhado mais o interesse das pesquisas acadêmicas. Isso porque, como mostrado no item 3.3, desde 2010 a pesquisa nessa área perdeu a terceira colocação entre os temas mais pesquisados e deu espaço para novas temáticas, como as pesquisas acerca da motivação para a prática. Assim, pode-se concluir que a socialização não tem sido mais avaliada como um problema relacionado à prática do Homeschooling e, portanto, deixou de ser objeto de estudo das pesquisas internacionais de língua inglesa. Não podemos afirmar que há um consenso, no sentido de que todos os pesquisadores concordem, por exemplo, que a criança *homeschooler* não terá prejuízos na socialização por não ir à escola. Para descobrir todos os posicionamentos dos pesquisadores a respeito deste tema seria necessário uma pesquisa aprofundada que pudesse analisar os artigos dessa categoria. Assim, sugere-se que outras pesquisas futuras realizem essa análise.

Em relação à terceira pergunta (c), concluímos que a pesquisa nacional tem seguido um percurso semelhante à pesquisa internacional, no que diz respeito a migrar de temas mais relacionados ao âmbito legal (Políticas/Regulamentação) para outras temáticas dentro da *Home Education*, o que mostraremos com mais detalhes a seguir. Antes, é importante destacar que não somente a pesquisa, porém também o percurso histórico do movimento a favor da Educação Domiciliar tem seguido um percurso relativamente semelhante no contexto nacional e norte-americano.

Retomando o capítulo 2, onde abordamos de forma breve o percurso histórico da prática mais recente da Educação Domiciliar, percebemos que, à semelhança dos Estados Unidos, alguns fatores não tão óbvios também podem ter causado este aumento significativo nos últimos anos. Embora sejam contextos bem diferenciados, podemos fazer algumas aproximações entre o fenômeno de crescimento do *Homeschooling* no contexto norte americano nas décadas de 1970-1980 e o recente crescimento da Educação Domiciliar no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI.

Lima (2015) aponta para a ansiedade dos pais por mudanças sociais e educativas, que podemos relacionar, por exemplo, com a insatisfação dos pais americanos em relação à “promessa de escola pública” do Estado. As escolas brasileiras estão superlotadas, os professores não são bem remunerados e multiplicam-se os casos de violência escolar e *bullying*, enquanto o desempenho dos alunos permanece baixo e muitos chegam ao Ensino Superior como analfabetos funcionais (SOUZA & LEITE, 2011; MENDES, 2011; PINTO et al., 2000). Assim, os pais também estão insatisfeitos com essas questões e pode haver uma relação entre a insatisfação com o mal funcionamento da escola nas áreas citadas acima e o crescimento da prática da Educação Domiciliar no país.

Além disso, de maneira semelhante aos EUA, algumas questões culturalmente polêmicas como a inserção ou não do debate de gênero nos currículos da educação básica, têm fomentado uma querela entre cristãos e o movimento LGBT⁵² no contexto brasileiro. Os pais mais conservadores, portanto, tem ficado receosos em relação ao modelo escolar, com medo de que os valores religiosos das famílias não sejam respeitados no ensino escolar (OLIVEIRA, 2015).

⁵² Referente ao movimento que defende os direitos de Homossexuais, Bissexuais, Transexuais e Simpatizantes.

Além destes, certamente outros fatores são responsáveis pelo crescimento do fenômeno no Brasil, o que revela a necessidade de futuras pesquisas que investiguem o tema sob outras perspectivas, dado que o objetivo deste trabalho não permitiu fazer maiores aferições sobre as motivações para a prática da Educação Domiciliar no Brasil.

Em relação à análise mais específica dos resultados da pesquisa bibliográfica⁵³ no âmbito nacional e internacional, como anunciado anteriormente, fizemos uma comparação levando em conta a quantidade e os anos de publicação nos dois contextos:

Figura 27: Comparativo entre anos das publicações nacionais e internacionais



Fonte 35: Elaboração própria, com base nos dados coletados no ICHER, WoS, Scielo e Banco de teses da CAPES

⁵³ As referências bibliográficas utilizadas para análise estão inteiramente disponíveis nos banco de dados pesquisados: ICHER - <http://www.icher.org/> ; WoS - <https://webofknowledge.com> ; Scielo - <http://www.scielo.br/> ; BANCO DE TESES DA CAPES - <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/>

O gráfico revela que, enquanto as publicações diminuíram no âmbito internacional de 2010 em diante, as publicações nacionais aumentaram de 2012 em diante; esses dados, associados à grande diferença no número total das publicações nos dois contextos, mostram que embora no Brasil o tema seja novo e ainda pouco pesquisado, no âmbito internacional é um tema já estudado há anos nas pesquisas acadêmicas.

Além desse comparativo, pudemos perceber indícios na presente pesquisa que nos apontam para uma tendência dos países onde a prática da Educação Domiciliar ainda não foi regulamentada em estudar e pesquisar sobre temas mais relacionados ao direito como, por exemplo, os referentes à legalidade da prática, políticas e regulamentação. Isso apareceu no contexto brasileiro, como pudemos ver no item 4.1, no qual o direito se destaca como área de mais de um terço das pesquisas no Brasil e no item 4.5, no qual entre as palavras-chave mais utilizadas para a pesquisa no Brasil aparecem os termos “Direito à Educação” e “Direito Fundamental”, apontando para uma relação com as categorias ICHER “Políticas / Regulamentação” e “Legal”.

Também observou-se no item 3.5, analisando as produções do pesquisador alemão Thomas Spiegler, de que a mesma tendência de pesquisas relacionadas à área do direito, aparece na Alemanha, país no qual a *Home Education* ainda é terminantemente proibida. Tal dado sugere a continuidade de pesquisas para confirmar essa tendência, analisando, por exemplo, a produção acadêmica de uma quantidade maior de países nos quais a prática ainda não é regulamentada. É certo, no entanto, que a pesquisa nacional se difere da pesquisa internacional, pois esta atualmente já apresenta uma abrangência maior de temáticas relacionadas à *Home Education* do que aquela.

Um fator que observamos também, fazendo um cruzamento entre autores nacionais e internacionais, foi a evidência de que a única autora que está presente nos dois contextos, nacional e internacional, é a professora Luciane M. R. Barbosa. Essa informação foi considerada importante, não por ser a mesma a orientadora do presente trabalho, mas porque tal dado também revela a escassez de publicações internacionais sobre a temática entre os pesquisadores brasileiros. Assim, os poucos trabalhos que existem sobre a temática da Educação Domiciliar, como resultados de pesquisas acadêmicas no Brasil, ficam situados no contexto nacional e acabam não ganhando repercussão internacional, por não estarem em língua inglesa.

Em suma, concluímos que a pesquisa atingiu os objetivos aos quais se propôs ao mapear a literatura existente em língua inglesa e a produzida no contexto nacional, no período de 2000 a 2016, sobre Educação Domiciliar e Desescolarização. Embora não tenha de forma alguma esgotado as temáticas, contribuiu para apresentar as principais questões relacionadas às pesquisas já produzidas. Ainda, almeja-se que esta pesquisa funcione como um “primeiro passo” para pesquisadores brasileiros interessados no tema, instigando o leitor a se aprofundar nas questões levantadas e não respondidas, bem como em outras delas decorrentes, contribuindo assim para o avanço da pesquisa no âmbito nacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 0, n. 77, p. 53–61, 1991.

ANDRADE, É. P. de. **A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação**. 2014. Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10112014-111617/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

APPLE, M. W. Who Needs Teacher Education? Gender, Technology, and the Work of Home Schooling. **Teacher Education Quarterly**, p. 111–130, Spring 2007.

APPLE, M. W. AWAY WITH ALL TEACHERS: THE CULTURAL POLITICS OF HOME SCHOOLING. p. 1–15, [s.d.]

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1978.

BARBOSA, L. M. R. Propostas que visam à legalização do ensino em casa no Brasil. **Revista de Direito Educacional**, v. 5, n. Ano 3, jun. 2012.

BARBOSA, L. M. R. Ensino em casa ou na escola? Respostas do Poder Judiciário brasileiro. **Cadernos Cenpec**, v. 3, p. 1–12, 2013a.

BARBOSA, L. M. R. **Ensino em casa no Brasil: um desafio à escola?** 2013b. Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07082013-134418/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

BARBOSA, L. M. R. Homeschooling no Brasil: Ampliação do Direito à Educação ou via de Privatização? **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 134, p. 153–168, mar. 2016.

BARBOSA, L. M. R.; VASCONCELOS, N. S. Educação Domiciliar no Brasil: Educação é um direito da família ou do Estado? In: O direito à educação em disputa: Fronteiras entre os direitos da família e a função do Estado: livro de resumos, Teresina, PI. **Anais...** In: SIMPÓSIO JURÍDICO EDUCACIONAL DO PIAUÍ. Teresina, PI: INTESI, 2016.

BASTOS, R. G. **Homeschooling: uma proposta de Escolarização Intrafamiliar**. 2013. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 2013.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BUSCH, A. E. **Educação Institucionalizada: Serviço Público Inafastável quando expressão dos valores comunitários adotados democraticamente**. 2014. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

CELETI, F. R. **Educação não Obrigatória: uma discussão sobre o Estado e o Mercado**. 2011. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

CHIZZOTTI, A. A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221–236, 2003.

CLEMMITT, M. Home Schooling: Do Parents Give Their Children a Good Education? **Spring 2014 Students News**, p. 19, 2014.

CURY, C. R. J. Educação Escolar e Educação no Lar: espaços de uma polêmica. **Educ. Soc.**, v. 27, n. n. 96, p. 667–688, out 2006a.

CURY, C. R. J. Educação Escolar e Educação no Lar: espaços de uma polêmica. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 667–688, out. 2006b.

FERNANDES, Y. S. “Direito à Educação? Pergunta complicada (...)”. **O que pensam os professores do primeiro segmento do Ensino Fundamental**. 2015. PUC RJ, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, N. S. de A. AS PESQUISAS DENOMINADAS “ESTADO DA ARTE”. **Educação & Sociedade**, v. Ano XXIII, nº 79, p. 257–272, ago 2002.

FINEMAN, M. A. **Taking Children’s Interests Seriously**. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2 dez. 2009. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/abstract=1516652>>. Acesso em: 17 set. 2015.

GAITHER, M. Why Homeschooling Happened. **Educational Horizons**, p. 226–237, Summer 2008.

GAITHER, M. Homeschooling in the USA Past, present and future. **Theory and Research in Education**, v. 7, p. 331–346, 2009.

GAITHER, M. Homeschool: An american history. In: **Three Homeschooling Pioneers**. [s.l.: s.n.]p. 128–135.

GONZÁLEZ, J. L. **História Ilustrada do Cristianismo: a era dos reformadores até a era inconclusa**. São Paulo: Vida Nova, 2011. v. 2

GRAY, P. The Challenges and Benefits of Unschooling, According to 232 Families Who Have Chosen that Route. **Journal of Unschooling and Alternative Learning**, 2013. Disponível em: <<http://jual.nipissingu.ca/wp-content/uploads/sites/25/2014/06/v72141.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

GRIFFITH, M. **The Unschooling Handbook: How to Use the Whole World As Your Child’s Classroom**. [s.l.] Crown/Archetype, 2010.

GRIFFITH, R. M. **God’s Daughters: Evangelical Women and the Power of Submission**. Berkeley: University of California Press, 1997.

HAWORTH, R. H. **Anarchist Pedagogies: Collective Actions, Theories, and Critical Reflections on Education**. [s.l.] PM Press, 2012.

KLOH, F. F. P. **HOMESCHOOLING NO BRASIL: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais**. 2014. Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2014.

KUNZMAN, R.; GAITHER, M. Homeschooling: A Comprehensive Survey of the Research. **Other Education**, v. 2, n. 1, p. 4–59, 31 jan. 2013.

LIMA, I. B. **Ensino em casa no Brasil: Um estudo com base na memória social acerca da obrigatoriedade e liberdade de ensino nas constituições brasileiras e em demandas jurídicas recentes**. 2015. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

LINHARES, L. L. **A escola e o professor em Paulo Freire e Ivan Illich, à luz do pensamento filosófico-sociológico de Althusser e Baudelot & Establet**. 2008. PUC PR, Curitiba, 2008.

LUBIENSKI, C. A Critical View of Home Education. **Evaluation and Research in Education**, v. 17, n. n. 2&3, p. 167–178, 2003.

MALHEIROS, B. **Metodologia de Pesquisa em Educação**. [s.l.] LTC, 2011.

MCDOWELL, S. A. **But What About Socialization? Answering the Perpetual Home Schooling Question**. Nashville: Philodeus Press, 2004.

MEDLIN, R. G. Homeschooling and the question of socialization. **Peabody Journal of Education**, v. 75, n. 1,2, p. 107–123, 2000.

MEDLIN, R. G. Homeschooling and the Question of Socialization Revisited. **Peabody Journal of Education**, v. 88, n. No. 3, p. 284–297, 2013.

MENDES, C. S. Prevenção da violência escolar: avaliação de um programa de intervenção. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 3, p. 581–588, 1 jun. 2011.

MORAN, C. E. How to regulate Homeschooling: Why history supports the theory of Parental Choice. **UNIVERSITY OF ILLINOIS LAW REVIEW**, v. 3, p. 1061–1094, 2011.

MURRAY, S. **The Progressive Housewife: Community Activism in Suburban Queens, 1945–1965**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2003.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social. Introdução às suas técnicas**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1969.

OLIVEIRA, W. H. de. **Liberdade Religiosa no Estado Laico: Abordagem Jurídica e Teológica**. 2015. Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2015.

OLIVER, C. F. **Amigos no Caminho: O Educador e a Educadora nas obras de Leo Tolstói, Ivan Illich e Paulo Freire**. 2008. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

PIETRO, L. O. D. **Desescolarização ou Escolarização da Sociedade? Desafios e Perspectivas à Educação**. 2008. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2008.

PINTO, J. M. de R.; BRANT, L. L. N. de A. O.; SAMPAIO, C. E. M.; PASCOS, A. R. P. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira Est. Pedag.**, v. 81, n. 199, p. 511–524, set/dez 2000.

RAY, B. D. **Homeschoolers on to college: what research show us**, 2004. .

RAY, B. D. **Worldwide Guide to Homeschooling: facts and stats on the benefits of home school**. Nashville, Tennessee: Broadman & Holman Publisher, 2005.

REICH, R. Testing the Boundaries of Parental Authority Over Education: The Case of Homeschooling. In: **Political and Moral Education**. NOMOS. [s.l: s.n.]p. 39.

RICHETTI, T. **Obrigatoriedade Escolar à Luz dos Objetivos Constitucionais do Direito à Educação: Análise da Educação Domiciliar - não disponível on line**. 2014. Unicesumar, Maringá, 2014.

SÃO JOSÉ, F. M. de. **O Homeschooling sob a ótica do melhor interesse da criança ou adolescente**. 2014. Universidade Católica de Petrópolis, Belo Horizonte, 2014.

SOUZA, A. N. de; LEITE, M. de P. Working conditions and their impacts on the health of basic education teachers in Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 117, p. 1105–1121, dez. 2011.

VASCONCELOS, M. C. **A Casa e os seus Mestres: a Educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VASCONCELOS, M. C.; MORGADO, J. C. B. C. Desafios à escolarização obrigatória: a inserção do homeschooling na legislação educacional no Brasil e em Portugal. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, n. n.1, p. 203–230, jan. 2014.

VIEIRA, G. M. P. **Limitação à autonomia parental na Educação dos filhos**. 2011. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 2011.